



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

1. PREÂMBULO

1.1. O Fundo Municipal da Educação de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua Encantado, nº 66, nesta cidade, inscrito no CNPJ sob o nº 31.030.781/0001-90, neste ato representado pelo Sr. Everton Krone Wehner, Secretário da Educação, Cultura e Esportes, torna público para o conhecimento dos interessados que será realizada licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, pelo tipo MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 221, de 14 de dezembro de 2023, Lei Complementar Municipal nº 21, de 25 de junho de 2013 e Decreto Municipal nº 218/2023, de 13 de dezembro de 2023, além das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

1.2. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO

Período de recebimento de propostas: das 17h00min do dia 26 de maio de 2026 até as 07h59min do dia 08 de junho de 2026.

Início da sessão de disputa de preços (lances): 08 de junho de 2026 às 08h00min.

Endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br

A sessão pública será conduzida pela Pregoeira, Sra. Daniela Mayer, designada pela Portaria nº 315/2025.

1.3. ENTIDADE(S) INTERESSADA(S)

a) Fundo Municipal de Educação de São João do Oeste – CNPJ: 31.030.781/0001-90.

1.4. O presente certame fora baseado em Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado pelo setor requisitante.

2. DO OBJETO

2.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE/SC, conforme Anexo II – Termo de Referência.



2.2.A(s) contratada(s) deverá(ão) seguir as tabelas de medidas conforme Anexo I do Termo de Referência.

2.2.1. As medidas podem ter variação de no máximo 1 cm.

2.3. Serão considerados os seguintes termos técnicos para fins da contratação:

2.3.1. Tecidos e Materiais:

- Tecido Seletel: É um tecido plano (não estica) de poliéster, muito usado em uniformes escolares e esportivos por ser resistente, secar rápido e não amassar facilmente.
- Malha Fria PV (Poliéster e Viscose): Um tecido que mistura fibras sintéticas e naturais. É conhecido por ser fresco, ter toque macio e não encolher após a lavagem.
- Malha Stretch de Alta Densidade: Tecido com alta elasticidade (elastano) e trama bem fechada. A "alta densidade" e a gramatura alta citada (365 g/m²) servem para evitar que a calça leggings fique transparente quando a pessoa se agacha ou se movimenta.
- Gramatura (g/m²): É o peso do tecido por metro quadrado. Basicamente, indica a "grossura". Quanto maior a gramatura, mais encorpado e menos transparente é o tecido.
- Acabamento Amaciado (Toque de Pêssego): Processo químico ou mecânico que deixa a superfície do tecido aveludada e macia, evitando aquele aspecto de "plástico" do poliéster comum.
- Pilling (Anti-pilling): É a formação de "bolinhas" no tecido após o uso e lavagem. O acabamento anti-pilling garante que a peça mantenha a aparência de nova por mais tempo.
- Estabilidade Dimensional: Capacidade da roupa de não encolher nem esticar (deformar) permanentemente após sucessivas lavagens.
- Solidez de Cor / Tingimento Sólido: Garante que a cor não vai desbotar facilmente com o sol ou manchar outras roupas na máquina de lavar.
- Ribana: Aquele tecido sanfonado (elástico) usado em golas e punhos de jaquetas para garantir que a peça se ajuste ao pulso ou pescoço.

2.3.2. Processos e Máquinas de Costura:



- Costura Interloque de 5 Fios: Uma costura industrial muito forte que faz duas coisas ao mesmo tempo: une os tecidos com uma linha reta e faz o acabamento da borda (chuleio) com outras 3 linhas, evitando que o tecido desfie por dentro.
- Chuleio: O acabamento feito na borda interna do tecido para que os fios não se soltem.
- Máquina Galoneira: Máquina usada principalmente para fazer bainhas e acabamentos em malhas. Ela cria uma costura que tem duas linhas paralelas por fora e um trançado por dentro, permitindo que a costura estique sem arrebentar.
- Máquina Overloque: Máquina que corta e chuleia a borda do tecido, essencial para roupas que precisam de elasticidade nas juntas.
- Pesponto / Pespontada: É a costura externa, visível, feita para reforçar a união das peças ou para fins decorativos. Dá mais firmeza às camadas de tecido.
- Ponto Tipo Travete: Um reforço de costura em formato de "zigue-zague" muito denso (parece um pequeno retângulo de linha). É aplicado onde a roupa costuma rasgar, como nos cantos dos bolsos e no "cavalo" (entrepernas).
- Bitola Larga: Refere-se à distância entre as agulhas na costura. Uma bitola larga deixa a costura visualmente mais robusta.

2.3.3. Modelagem e Detalhamento:

- Corte Reto: Modelagem tradicional que desce direto da cintura/quadril até a barra, sem afunilar.
- Cós Inteiriço: Quando a parte da cintura é feita com o próprio tecido da peça dobrado, em vez de uma faixa de tecido separada e costurada depois.
- Cós Anatômico: Faixa da cintura cortada em curva para se adaptar melhor ao formato do quadril e abdômen, comum em calças legging para não "escorregar".
- Memória Elástica: Capacidade do elástico de esticar e voltar ao seu tamanho original centenas de vezes sem ficar frouxo ("esgarçado").
- Bolso Faca ou Embutido: Tipo de bolso onde a abertura é discreta, geralmente na lateral, seguindo a linha da costura ou com um corte inclinado, sem ficar "pendurado" para fora.



- Silk-screen / Serigrafia: Processo de estampa que usa telas e tinta para transferir o desenho para o tecido.
- DTF (Direct to Film): Tecnologia moderna de estampa digital onde o desenho é impresso em um filme e depois transferido por calor para a roupa. Permite detalhes muito precisos e cores vivas.
- Policromia: Estampa ou bordado que utiliza várias cores simultaneamente para formar imagens complexas (como brasões de cidades).

3. DA DESPESA E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa decorrente da aquisição do objeto desta licitação correrá por conta dos recursos orçamentários do exercício corrente, conforme segue:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE SAO JOAO DO OESTE

Órgão: 05 – FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Proj./Ativ. 2.018 – Atividades do Ensino Fundamental

Cód. Red. (10) - Modalidade de Aplicação - 3.3.90 – Aplicações Diretas

Recurso/Fonte – 1.550.0000.0000

Recurso/Fonte – 1.500.1001.0000

Recurso/Fonte – 2.550.0000.0000

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE SAO JOAO DO OESTE

Órgão: 05 – FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

Proj./Ativ. 2.022 – Atividades da Educação Infantil – Pré-escola

Cód. Red. (20) - Modalidade de Aplicação - 3.3.90 – Aplicações Diretas

Recurso/Fonte – 1.550.0000.0000

Recurso/Fonte – 1.500.1001.0000

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE SAO JOAO DO OESTE

Órgão: 05 – FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO



Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

Proj./Ativ. 2.024 – Atividades da Educação Infantil – Creche

Cód. Red. (26) - Modalidade de Aplicação - 3.3.90 – Aplicações Diretas

Recurso/Fonte – 1.550.0000.0000

Recurso/Fonte – 1.500.1001.0000

3.2. O valor estimado desta licitação é de R\$ 217.308,50 (duzentos e dezessete mil, trezentos e oito reais com cinquenta centavos), conforme valor de referência constante do Anexo II.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação os que estejam legalmente constituídas para os fins do objeto pleiteado e estejam devidamente cadastrados e credenciados no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

4.2. Será vedada a participação, em qualquer fase do processo licitatório, dos interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

4.2.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.2.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.2.2.1. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente e linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

4.2.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.2.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de



trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.2.5. Empresas que se encontrarem sob falência, ou em fase de dissolução ou liquidação, conforme Lei nº 11.101/2005;

4.2.6. Empresas declaradas inidôneas por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como as que estejam punidas com impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.2.7. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92;

4.2.8. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.2.9. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

4.3. O impedimento de que trata o item 4.2.1, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.4. A observância das vedações supramencionadas é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4.5. Em cumprimento ao disposto no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, os itens ou lotes em que o valor orçado seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva de Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP).

4.5.1. Para fins de aplicação da Lei Complementar nº 123/2006, os Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP), qualificados como tais nos termos



dos artigos 18-A e 3º da Lei Complementar nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014 farão jus aos mesmos benefícios, independentemente da receita bruta anual.

4.5.2. Aplica-se a este edital o critério de prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte locais, sediadas no limite geográfico dos Municípios da Região da AMEOSC, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, concedendo-se o tratamento diferenciado exposto no Decreto Municipal nº 221, de 14 de dezembro de 2023.¹

4.5.2.1. Salienta-se que, conforme exposto no art. 49, II, da Lei Complementar nº 123/2006, não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 da referida norma quando não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos por item/lote enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados no local e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

5. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

5.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes ao processo licitatório poderão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e as impugnações serão divulgadas no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para a realização do certame, com reabertura do prazo para apresentação de propostas.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. Serão utilizados, para a realização deste certame, recursos de tecnologia da informação, compostos por um conjunto de programas de computador que permitem confrontação sucessiva através do envio de lances

¹ Municípios da região da AMEOSC: Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guaraciaba, Guarujá do Sul, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Paraíso, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste, Tunápolis.



dos licitantes, com plena visibilidade para o Pregoeiro e total transparência dos resultados para a sociedade, através da Internet.

6.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do certame deverão dispor de um cadastro prévio junto ao Portal de Compras Públicas.

6.2.1. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

6.2.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

6.2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

6.2.4. A licitante, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para cadastrar proposta e/ou dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento, nos valores e condições da referida proposta/lance, e caso essa proposta/lance seja a classificada, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.

6.2.5. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de São João do Oeste, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.2.6. Cabe ao licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

6.2.7. Cabe ao licitante solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

6.3. Todos os custos decorrentes do credenciamento no Portal de Compras Públicas, da elaboração e apresentação de propostas, serão de responsabilidade da licitante.



7. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

7.1. A propostas deverá ser enviada exclusivamente por meio do sistema eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br), até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública. Após o início da sessão pública do pregão eletrônico não caberá desistência da proposta e/ou do lance ofertado, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

7.2. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste edital.

7.3. A licitante é inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

7.4. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

7.4.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, conforme o art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.4.2. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.4.3. Para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

7.4.4. Que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.



7.4.5. Sob pena de desclassificação, que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.4.6. Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

7.4.7. Sob as penas da lei, que até a data de inclusão da proposta, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

7.4.8. Que não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

7.4.8.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

7.4.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.5. A declaração falsa relativa o cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste edital.

8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. A proposta de preços eletrônica deverá ser apresentada com base no MENOR PREÇO POR LOTE, exclusivamente mediante o cadastramento no sistema pregão eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br), das 17h00min do dia 26 de maio de 2026 até as 07h59min do dia 08 de junho de 2026.

8.2. A licitante deverá consignar, de forma expressa no sistema eletrônico o **preço unitário** e o **preço total** de cada item ofertado, expresso em reais com, no máximo, 02 (duas) casas decimais, já considerados e inclusos todos os tributos, descontos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.



8.3. A proposta de preços final atualizada (proposta readequada) deverá ser apresentada no formato PDF, contendo os dados de identificação (razão social, CNPJ, endereço completo, telefone e e-mail para contato) e assinatura eletrônica/digital, e ainda:

8.3.1. Descrição completa e detalhada de cada item classificado, especificando a marca, o modelo e o fabricante.

8.3.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias úteis, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

8.3.2.1. A não indicação do prazo de validade exigido na proposta não desclassificará a licitante, mas indicará que a mesma se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital.

8.3.3. Especificação do prazo de entrega do objeto.

8.4. Para inserção de sua proposta inicial, a licitante deverá observar rigorosamente a descrição e unidade de fornecimento do objeto, constante neste Edital e seus Anexos.

8.4.1. No campo “marca” da proposta eletrônica, deverá ser especificada uma única marca e modelo para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo “diversas”, “marcas diversas”, “própria” ou quaisquer outras, exceto para contratação de serviços.

8.4.2. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta.

8.4.3. No campo “fabricante” da proposta eletrônica, deverá ser especificado um único fabricante para cada item ofertado. Não serão aceitas expressões do tipo “diversas”, “fabricantes diversos”, ou quaisquer outras.

8.4.4. No campo “descrição detalhada do item” da proposta eletrônica, deverão ser incluídas somente informações que complementem a especificação do produto.

8.5. As propostas que atenderem os requisitos do Edital e seus Anexos serão verificadas quanto a erros, os quais poderão ser corrigidos pelo Pregoeiro da seguinte forma:

a) erros de transcrição das quantidades previstas, mantém-se o preço unitário e corrige-se a quantidade e o preço total;

b) erro de multiplicação do preço unitário pela quantidade correspondente, mantém-se o preço unitário e a quantidade, retificando o preço total;



c) erro de adição, mantém-se as parcelas corretas e retifica-se a soma.

8.6. O valor total da proposta poderá ser ajustado/retificado pelo Pregoeiro em conformidade com os procedimentos acima para correção de erros e o valor resultante constituirá o total da proposta.

8.7. Poderão ser inseridas correções/anotações para esclarecimentos da proposta, desde que não configure alteração de condições de pagamento, prazo ou quaisquer outras que importem em modificação nos seus termos originais quanto ao mérito.

8.8. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a esse a qualquer título.

8.9. O Pregoeiro poderá convocar técnicos da (s) área (s) pertinente(s) ao objeto licitado, quando houver necessidade de emitir parecer técnico, para garantir que as propostas apresentadas atendam as especificações mínimas exigidas referentes ao objeto licitado.

8.10. Verificando-se no curso da análise das propostas o descumprimento de qualquer requisito exigido neste edital e seus anexos, e desde que não se possa utilizar o disposto no subitem 8.6, a proposta será desclassificada.

8.11. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.11.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.11.2. A desclassificação poderá ocorrer após a fase de lances, quando for analisada a proposta readequada e for constatado que a proposta apresentada não atende ao edital.

8.12. Não será motivo de desclassificação simples omissões que sejam irrelevantes para o entendimento da proposta de preços, que não venham causar prejuízo para o contratante ou firam os direitos dos demais licitantes.



8.13. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.14. A licitante deverá apresentar eventuais documentos complementares à proposta, que venham a ser solicitados pelo Pregoeiro em sede de diligências, no prazo a ser indicado.

8.15. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.16. Caso a proposta ofertada pela licitante vencedora do certame não atenda às características exigidas neste edital, serão convocadas pela ordem de classificação, tantas licitantes quanto forem necessárias, até que se consiga adjudicar o licitante vencedor.

8.17. A licitante que desejar desistir da proposta apresentada deverá fazê-lo antes da etapa de lances, com pedido justificado e decisão motivada do Pregoeiro.

8.18. O Pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos.

8.19. A licitante deverá promover oferta para todos os itens do lote, desde que satisfaça todas as demais exigências do edital.

8.20. Não será aceita oferta de itens com especificações que não se enquadrem nas indicadas no Termo de Referência deste Edital.

8.21. A apresentação de proposta, neste certame, implica na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, além do dever de cumpri-las, correndo por conta das empresas interessadas todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, mediante a utilização de sua chave e senha.



9.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

10.1. O Licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

10.2. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

10.3. O Licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidir tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de 1% (hum por cento).

10.3.2. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.

10.4. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



10.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

10.6.1. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

11. MODO DE DISPUTA

11.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo imediatamente informados do horário e percentual de desconto consignados no registro de cada lance.

11.2. O julgamento da Proposta de preços dar-se-á pelo critério de **menor preço por lote**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros definidos no Edital.

11.3. Será adotado para o envio de lances do pregão eletrônico o **modo de disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.3.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

11.3.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.3.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.4. Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecerem acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação expressa aos participantes no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.



12. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

12.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério de desempate, preferência na contratação de beneficiárias, conforme segue:

12.1.1. Identificar-se-ão as propostas ofertadas por beneficiárias que se encontrem até 5% (cinco por cento) superiores à primeira classificada, desde que esta também não seja beneficiária.

12.1.2. Ocorrendo o empate ficto, na forma do subitem anterior, a beneficiária mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela classificada em primeiro lugar, no prazo de 5 (cinco) minutos, situação em que passará a condição de primeira colocada.

12.1.3. Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais beneficiárias remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 12.1.1 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto no subitem anterior.

12.1.4. Na hipótese de não ser adjudicado o objeto a beneficiária enquadrada no subitem 12.1.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

12.1.5. No caso de equivalência dos valores apresentados por beneficiárias que se enquadrem no subitem 12.1.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.1.6. Se nenhuma beneficiária satisfizer as exigências do subitem 12.1.1, será declarado melhor classificada do item a licitante detentora da proposta originalmente de menor valor.

12.1.7. O disposto nos subitens 12.1.1 a 12.1.3 não se aplica as hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiária, bem como às empresas que deixarem de declarar a condição de beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 no momento do envio de suas propostas pelo sistema.

12.2. Havendo eventual empate entre propostas/lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.33/21:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;



- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações decorrentes de outras contratações;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

12.3. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- e) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

12.4. As regras previstas nos itens 12.2 e 12.3 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006.

12.5. Da prioridade de beneficiárias locais/regionais

12.5.1. Encerrada a etapa de lances, será observado o disposto no art. 48 §3º da Lei Complementar nº 123/2006 conforme segue:

12.5.1.1. Identificar-se-ão as propostas ofertadas por beneficiárias locais² que se encontrarem até 10% (dez por cento) superiores a primeira classificada, desde que essa também esteja enquadrada como beneficiária.

12.5.1.2. O subitem acima só será aplicado se houverem no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como beneficiárias sediadas no local no momento da construção do estimativo de preços e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório.

12.5.1.3. Na hipótese de não ser adjudicado o objeto a beneficiária local enquadrada no subitem 12.5.1.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente classificada em primeiro lugar.

12.5.1.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas beneficiárias que se enquadrem no subitem 12.5.1.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

² Empresas sediadas no limite geográfico dos Municípios da Região da AMEOSC.



12.5.1.5. O disposto no subitem 12.5.1.1 não se aplica as hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentado por beneficiárias local, bem como às empresas que deixarem de comprovar a sede no limite geográfico dos Municípios da Região da AMEOSC.

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação deverão ser inseridos, exclusivamente através do sistema, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, **juntamente no ato de inserção da proposta readequada, no prazo de 2 (duas) horas.**

13.2. Os documentos de habilitação deverão estar no formato PDF.

13.2.1. As empresas licitantes deverão apresentar os documentos de habilitação, da seguinte forma:

- a) em original (digitalizado);
- b) em cópia autenticada por cartório competente (digitalizado);
- c) em cópia autenticada por servidor municipal, mediante apresentação de originais para confronto (digitalizado); ou
- d) através de publicação em órgão da imprensa oficial.

13.3. Os documentos de habilitação da licitante melhor classificada serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público somente após o encerramento da sessão pública de lances.

13.4. As declarações dos itens 13.5.2.1 “b” e 13.5.4 deverão ser assinadas eletronicamente/digitalmente.

13.5. Para fins de habilitação nesta licitação, o fornecedor deverá enviar os seguintes documentos:

13.5.1. Habilitação Jurídica

- a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



c) comprovante da inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício;

d) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, para o fornecedor Microempreendedor Individual – MEI;

e) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

f) cédula de identidade ou outro documento oficial com foto, do sócio administrador ou representante legal da empresa. Sendo representante, este deverá apresentar procuração pública dando plenos poderes para participar de todas as fases da licitação e assinatura do contrato

13.5.1.1. Em caso de participação de consórcio também deverá apresentar o Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio com indicação da empresa Líder.

13.5.2. Da documentação para beneficiárias da Lei Complementar nº 123:

13.5.2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que tenham interesse em participar deste certame usufruindo dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006 deverão apresentar a documentação disposta nos subitens seguintes:

a) Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte emitida pela licitante (conforme Anexo III) – **assinatura eletrônica/digital**;

a.1) As licitantes que se enquadrem no item 13.5.2.1, deverão declarar, se for o caso, a observância do limite de R\$ 4.800.000,00 na licitação, limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

13.5.2.2. A não apresentação dos documentos de que trata o item 13.5.2, leva ao entendimento de que as empresas proponentes não têm interesse nos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, ou que não se enquadram nesta categoria jurídica.



13.5.2.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como beneficiária da Lei Complementar nº 123, caracterizará crime de fraude à licitação, sujeitando-se as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa

13.5.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a)** comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b)** comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual (a exemplo do Alvará de Localização, Cartão ICMS, Sintegra);
- c)** prova de regularidade fiscal com a Fazenda Federal, compreendendo Tributos e Contribuições Federais, administrados pela Secretaria da Receita Federal, e quanto à Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Débitos Federal);
- d)** prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual (Certidão Negativa de Débitos Estadual);
- e)** prova de regularidade fiscal com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débitos Municipal) do domicílio ou sede do licitante;
- f)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (Certidão Negativa FGTS);
- g)** prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT);

13.5.4. Declarações (conforme declaração conjunta do Anexo IV) - assinatura eletrônica/digital:

- a)** declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, conforme o art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- b)** declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- c)** declaração, para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;



d) declaração de que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação;

e) declaração de que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21;

f) declaração de que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

g) declaração que até a data de inclusão da declaração, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

h) declaração de que não se encontra impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, que não foi declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como, que não está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 ou proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92;

i) declaração de que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;

j) declaração de que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente político ou órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

13.5.5. Habilitação Econômico-Financeira:

a) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

13.5.6. Habilitação Técnico-Operacional:

a) Apresentar atestado de capacidade técnica, que comprove já ter realizado serviços e/ou entregue materiais similares a da presente licitação, fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável



pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos serviços solicitados. Sugere-se que seja anexado cópia do referido contrato para comprovação de veracidade das informações do atestado.

13.6. Da apresentação dos documentos:

13.6.1. Os documentos de habilitação relacionados acima deverão estar válidos e em vigor tendo-se como referência a data da inserção no sistema.

13.6.2. Para os documentos de regularidade fiscal que não apresentarem prazo de validade considerar-se-á **90 (noventa) dias** a partir da data de sua emissão.

13.6.3. A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço.

13.6.3.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6.3.2. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.6.4. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.6.5. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.6.6. O prazo de inclusão das diligências será de 15 (quinze) minutos a partir da comunicação.

13.6.7. As beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006, conforme previsto no art. 43, § 1º, deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista.

13.6.7.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista de beneficiária, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, do qual o termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogável por igual período, a requerimento da



interessada e a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, nos termos do art. 43, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

13.6.7.2. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará na decadência do direito da beneficiária à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações contratuais previstas neste edital e na legislação vigente aplicável à matéria, facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

14. DA NEGOCIAÇÃO

14.1. Após o encerramento da etapa de lances é facultado ao Pregoeiro negociar o preço ofertado diretamente com a licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, visando a sua redução para compatibilização com o orçamento da Administração.

14.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes e terá duração de 10 (dez) minutos.

14.2. Encerrada a etapa de lances e negociação direta, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta classificada em primeiro lugar.

15. DA PROPOSTA READEQUADA

15.1. Concluída a negociação, a licitante melhor classificada deverá encaminhar via sistema, através de campo próprio no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br), a PROPOSTA FINAL adequada ao último lance, conforme Anexo V do Edital, com assinatura eletrônica/digital, no prazo de até 2 horas (duas horas), contada da solicitação do Pregoeiro no sistema.

15.1.1. Após a análise da proposta readequada, o pregoeiro aceitará ou rejeitará a proposta.

a) Caso a proposta inserida seja de um valor inferior ao vencido nos lances, a aceitação da proposta implicará em cálculo automático do sistema para ajuste do valor final.

15.1.2. Na disputa em lotes, a proposta readequada deve ser inserida em cada um dos itens arrematados.

15.2. Juntamente com a proposta readequada, a licitante deve anexar os documentos de habilitação exigidos para o certame.



16. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO E AMOSTRAS

16.1. Cumpridas as etapas anteriores, o Pregoeiro verificará a proposta readequada e a habilitação da Licitante classificada em primeiro lugar, conforme disposições contidas no presente Edital.

16.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:>).

16.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

16.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação também será verificada a regularidade fiscal da licitante com o Município de São João do Oeste, nos termos do art. 193 do Código Tributário Nacional, ou outra equivalente, na forma da lei.

16.4. Constatada a existência de sanção (item 16.2) ou irregularidade (item 16.3), o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

16.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

16.5.1. É facultado ao Pregoeiro, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

16.6. Os documentos de habilitação, de que tratam o item 13.5, serão examinados pelo Pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

16.6.1. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.



16.6.1.1. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

16.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

16.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

16.9. Se a proposta de preços não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor pelo Pregoeiro.

16.10. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

16.11. Será exigida a apresentação de amostra do(s) licitante(s) classificado(s) em primeiro lugar. A finalidade é analisar e verificar a qualidade e a conformidade dos uniformes com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência.

16.11.1. Deverá ser apresentada uma amostra de cada item nos tamanhos “04” e “12” para conferência técnica.

16.12. A convocação para a apresentação das amostras será realizada por meio de diligência no sistema. O(s) licitante(s) deverá(ão) entregar as amostras, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no endereço: Rua Encantado, nº 66, Centro, Município de São João do Oeste/SC no prazo improrrogável de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do dia seguinte a solicitação, sob pena de recusa das propostas.

16.13. A avaliação das amostras será conduzida por uma Comissão Técnica designada para este fim. O procedimento de análise será realizado em local e horário divulgados no sistema e a presença dos demais interessados, incluindo os licitantes, será facultada. O julgamento será baseado em critérios objetivos, verificando se as amostras estão em conformidade com as especificações técnicas, características, medidas, tecido e descritos no Termo de Referência.

16.14. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.



16.15. O resultado da avaliação será formalizado em ata e divulgado a todos os interessados por meio de mensagem no sistema em até 5 (cinco) dias após o prazo estabelecido no item 8.4.2 deste termo, assegurando-se a transparência e a publicidade do processo.

16.16. Caso as amostras apresentadas sejam reprovadas, não sejam entregues no prazo ou a(s) proposta(s) seja(m) recusada(s) por outros motivos, o Pregoeiro convocará o segundo classificado para apresentar sua amostra. Esse procedimento será repetido sucessivamente com os demais licitantes, na ordem de classificação, até que se encontre uma amostra que atenda integralmente às especificações do edital.

16.17. As amostras dos licitantes desclassificados ou não adjudicados serão restituídas as custas da contratada. As amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (cinco) dias após o resultado, depois do qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

A amostra do licitante vencedor poderá ser utilizada como padrão de referência para a conferência e o recebimento dos materiais entregues durante a vigência do Contrato.

16.18. A licitante vencedora deverá fornecer, sem ônus para a Administração, todos os manuais impressos em língua portuguesa, quando aplicável, necessários para o perfeito manuseio dos materiais.

16.19. Esclarecemos que o pedido de amostra se justifica pois se trata de uma exigência para que possa ser verificada a qualidade do material a ser ofertado pela empresa vencedora, bem como, se ele atende ao previsto no edital (cores, costuras e demais detalhes), buscando evitar problemas futuros na execução do contrato.

17. RECURSO

17.1. Será disponibilizada uma única fase recursal, no campo específico do sistema eletrônico, com duração de 10 (dez) minutos, na qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e devidamente motivada, manifestar sua intenção de recorrer, apresentando as razões pertinentes, após a declaração do(s) vencedor(es) e, quando aplicável, após a fase de regularização fiscal da beneficiária prevista na Lei Complementar nº 123/2006.

17.2. Será concedido ao licitante que manifestar a intenção de interpor recurso, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.



17.3. As razões e contrarrazões dos recursos deverão ser dirigidas ao Pregoeiro, devendo ser protocolado exclusivamente através de campo específico na plataforma do pregão eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

17.4. Recebido o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou remeter o processo devidamente motivado à autoridade superior para decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

17.5. A decisão do recurso será divulgada no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

17.5.1. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.7. A falta de manifestação de intenção de recurso no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

17.8. Caso a licitante não apresente as razões do recurso no prazo legal, entender-se-á como desistência da interposição do recurso.

18. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

18.2. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

18.3. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

18.4. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.



19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. O objeto desta licitação será adjudicado ao licitante que, satisfeitas as condições do edital, apresentar o menor preço por lote.

19.2. Após o julgamento definitivo das propostas de preços, de eventuais recursos, classificação final, o Pregoeiro encaminhará o processo licitatório para adjudicação do objeto ao vencedor e homologação da autoridade competente.

20. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

20.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, se for o caso, será firmado termo de contrato.

20.2. O termo de contrato e/ou ata de registro de preços será encaminhada no e-mail fornecido pelo licitante vencedor na proposta readequada e deverá ser devolvido assinado pelo licitante, também por e-mail, com assinatura digital.

20.3. No ato de devolução do contrato as empresas isentas de retenção de Imposto de Renda deverão apresentar a declaração respectiva ao art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

20.3.1. Em caso de alteração do regime de tributação da contratada, esta deverá comunicar ao Município a mudança.

20.4. O licitante vencedor será convocado para assinar o termo de contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

20.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

20.6. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

20.7. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

20.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 20.5 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;



b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, assim como, aceitar outro instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital.

20.10. No caso de consórcio, fica condicionada a assinatura do contrato a sua constituição e o registro nos termos do compromisso (art. 15, § 3º da Lei nº 14.133/2021).

21. VIGÊNCIA DO CONTRATO

21.1. O prazo de vigência do contrato será de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

21.2 O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

22. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

22.1. Quando da inexecução total ou parcial dos serviços contratados, fica assegurado ao Município o direito de rescisão, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

22.2. A extinção do contrato poderá ser:

22.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

22.2.2. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

22.2.3. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

22.3. A formalização da extinção do contrato deverá observar o disposto nos art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.



23. DO REEQUILÍBRIO E DO REAJUSTAMENTO

23.1. O reequilíbrio dos preços poderá ser solicitado pelo detentor do contrato caso haja um encarecimento do produto/serviço no mercado, desde que imprevisível e que comprove devidamente o aumento, sem qualquer acréscimo em sua margem de lucro.

23.2. Os preços apresentados nas propostas serão permanentes e irrevogáveis em período inferior a 1 (um) ano, de acordo com a legislação vigente, podendo ser corrigido pelo IPCA após o período citado.

24. DA AMPLIAÇÃO E /OU REDUÇÃO

24.1. Os acréscimos e supressões do objeto observarão o disposto no art. 124 a 130, da Lei Federal nº 14.133/2021.

24.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

25. DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

25.1. A empresa vencedora deverá executar o objeto contratado de acordo com o disposto a seguir e conforme o estabelecido no Anexo II - Termo de Referência.

25.2. O objeto licitado deverá ser executado conforme a descrição de cada item, pelo valor aprovado no processo, sendo vedada a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado.

25.2.1. Os itens deverão ser entregues na Secretaria de Educação, no endereço Rua Encantado, nº 66, Centro de São João do Oeste/SC.

25.2.2. A Contratada deverá arcar com todas as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas, incluindo aquelas decorrentes da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.



25.3. Os itens desta licitação deverão ser fabricados com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões/bordados/estampas detalhadas e nítidas conforme modelo identificado no Anexo I a este Termo de Referência.

25.3.1. Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

25.3.2. Os itens devem ser fabricados de acordo com as legislações pertinentes, sendo apresentados com etiquetas indicando o tamanho e embalados de forma individual.

25.4. O objeto desta licitação deverá ser entregue em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após a emissão da Solicitação de Fornecimento feita pelo Município.

25.4.1. A fixação do prazo de entrega em 45 (quarenta e cinco) dias fundamenta-se nos princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021. Essa definição baseia-se na realidade do mercado confeccionista consultado na fase de pesquisa de preços, demonstrando-se um prazo técnico e operacionalmente viável para o fornecimento regular dos uniformes. A escolha pelo menor prazo de execução visa assegurar a máxima celeridade no atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, garantindo que os estudantes da rede municipal recebam suas vestimentas de forma ágil, minimizando o tempo de espera e otimizando o cronograma de distribuição da administração pública, sem comprometer a ampla competitividade do certame.

25.5. A Contratada será obrigada a prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem requeridos pela Administração Municipal e deverá acatar a fiscalização do objeto, atendendo prontamente às solicitações do fiscal do contrato.

25.6. O município reserva-se o direito de, a qualquer momento após a entrega dos itens deste edital, havendo dúvida sobre a composição dos tecidos ou a qualidade do produto, solicitar a análise laboratorial das peças entregues. A análise será realizada junto a um laboratório especializado, à escolha da Administração, e os custos para a sua realização serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora do lote.

25.7. Após a entrega dos materiais objeto desta licitação, eles serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.



25.8. O Município terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a Contratante para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

25.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratante pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

25.10. A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

25.11. A troca deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação oficial do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital. Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, que será submetida à análise e aprovação do Contratante.

25.12. O objeto será recebido na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 86/2023, de 16 de junho de 2023.

26. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

26.1. A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Municipal nº 86/2023, de 16 de junho de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021.

26.2. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelas Sras. Teresinha Staub e Siamara Meier, Coordenadoras Pedagógicas, representantes da secretaria requisitante do certame, especialmente designado, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

26.3. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

26.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.



26.5. A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto do contrato.

26.6. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor contratado, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou a terceiros.

26.7. A ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos danos apurados e imputados às falhas.

27. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

27.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei Federal nº 14.133/21, no prazo de máximo de 30 (trinta) dias úteis.

27.2. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no item anterior, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de São João do Oeste e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

27.2.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

27.3. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da solicitação de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

27.4. Para execução do pagamento, contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do da(s) Unidade(s) Gestora(s) indicada(s) no preâmbulo, informando o nome do banco, número de sua conta corrente e agência Bancária ou chave PIX.

27.5. A nota fiscal/fatura deverá ser entregue com o produto e o arquivo XML deverá ser encaminhado obrigatoriamente no e-mail danfesjo@gmail.com.



27.6. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de São João do Oeste.

27.7. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da contratada.

27.8. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

27.9. Conforme Decreto Municipal nº 033, de 15 de março de 2023 e alterações, e IN RFB nº 1.234/2012, a partir de 01/06/2023 as empresas estão obrigadas a destacar o imposto de renda nas notas fiscais emitidas. Não estarão sujeitas à retenção de IR as pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, MEI, os imunes e isentos, entre outros, conforme o art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

27.10. Conforme legislação e jurisprudência pacificada, na prestação dos serviços na modalidade de empreitada global (fornecimento de materiais e mão de obra), a base de cálculo do ISS é o preço do serviço de construção civil contratado, e não é possível deduzir o valor referente aos materiais empregados, salvo se produzidos pelo prestador fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com a incidência de ICMS.

28. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

28.1 Além das obrigações legais, regulamentares e das demais constantes deste instrumento e seus anexos, obriga-se, ainda, a contratada a:

28.1.1. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela Contratada.

28.1.2. Prestar os serviços ou fornecer os materiais em estrita conformidade com as disposições e especificações do presente Edital, Termo de Referência, Contrato, Proposta de Preços apresentada e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado.

28.1.3. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto desta licitação.



28.1.4. Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

28.1.5. Comunicar por escrito à Contratante qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato.

28.1.6. Atender aos chamados da Contratante, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato.

28.1.7. A contratada não poderá subcontratar os serviços a ela adjudicados.

28.1.8. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente.

28.1.9. Promover, com a presença de representante da Contratante, a verificação do fornecimento efetuado, confirmando que os serviços foram prestados adequadamente, conforme previsão contratual.

28.1.10. Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina.

28.1.11. Verificar a qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, procedendo a sua substituição ou adequação às expensas próprias, quando não atenderem à qualidade, quantidade, prazo e demais condições contratadas ou quando solicitado pela Contratante.

28.1.12. Prestar os serviços objeto deste Edital pelo valor consignado em sua proposta de preços declarada vencedora, responsabilizando-se pelo pagamento de transportes, entrega dos produtos, impostos e todo e qualquer encargo correlato ao fornecimento.

28.1.13. Efetuar a troca dos produtos entregues ou correção dos serviços prestados, objeto desta licitação, que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município.

28.1.13.1. A inobservância ao disposto acima implicará no não pagamento do valor devido à licitante vencedora, até que ocorra a necessária regularização.

28.1.14. A inadimplência da licitante vencedora não transfere ao Município de São João do Oeste a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado.

28.1.15. A Contratada não poderá ceder os créditos, transferir a terceiros, nem subrogar direitos e obrigações decorrentes do Contrato.

28.1.16. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à Contratante, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.



28.1.17. A contratada deverá respeitar as condições de garantia, manutenção e assistência técnica, conforme estabelecido pelo Anexo II, Termo de Referência do Edital.

28.1.18. A licitante deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

28.1.19. Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo II, Termo de Referência do Edital.

29. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

29.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/21.

29.2. Constituem obrigações do contratante, além da constante do art. 115 da Lei Federal nº 14.133/21, as especificadas no Edital, e:

29.2.1. Convocar a licitante vencedora para assinatura do Contrato.

29.2.2. Realizar, sempre que necessário, a vistoria dos serviços prestados.

29.2.3. Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

29.2.4. Realizar o recebimento dos serviços/produtos nas formas e condições desta contratação.

29.2.5. Fornecer à licitante todas as informações relacionadas como objeto do presente edital.

29.2.6. Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos neste edital e Contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

29.2.7. Dar à contratada as condições necessárias à regular execução do Contrato.

29.2.8. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora e para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

29.2.9. Emitir as solicitações de fornecimento, de acordo com as necessidades e respeitando os prazos estipulados.

29.2.10. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a contratante se obriga a dar ciência prévia à contratada quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

29.2.10.1. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da contratante com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

29.2.10.2. A contratante se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à contratante, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento



nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

30. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

30.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 30.1 deste edital as seguintes sanções³:

³ Art. 156, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

(...)

Art. 161 da Lei Federal nº 14.133/2021. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. Para fins de aplicação das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do caput do art. 156 desta Lei, o Poder Executivo regulamentará a forma de cômputo e as consequências da soma de diversas sanções aplicadas a uma mesma empresa e derivadas de contratos distintos.



- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos⁴.
- 30.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 30.2. do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
- 30.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 30.2 do presente Edital.
- 30.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 30.6. A aplicação das sanções previstas no item 30.2. deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 30.7. Na aplicação da sanção prevista no item 30.2, alínea “b”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 30.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 30.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 30.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 30.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

⁴ OBS.: A sanção estabelecida na alínea “d” do item 30.2 do presente Edital será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras (Art. 156, § 6º da Lei Federal nº 14.133/2021):

- a) quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;
- b) quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente à autoridade referida na alínea “a”, supra referida, na forma de regulamento.



30.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

30.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

30.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 30.2 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

31.1. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no Portal Transparência do Município de São João do Oeste/SC (saojoao.sc.gov.br) e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

31.2. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

31.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observadas as disposições contidas no art. 183 da Lei Federal nº14.133/2021.

31.4. Informações complementares poderão ser obtidas com o(a) pregoeiro(a), no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min horas, diretamente, ou pelo fone (49) 3195-2046 ou pelo e-mail pregoeiro.sjo@gmail.com



31.5. As omissões do presente edital serão preenchidas pelos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

31.6. Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga/SC para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

32. DOS ANEXOS

32.1. Fazem parte integrante deste Edital:

- a) Anexo I – Relação de Itens
- b) Anexo II – Termo de Referência
- c) Anexo III – Declaração de ME/EPP
- d) Anexo IV – Declaração Conjunta
- e) Anexo V – Modelo de Proposta Final
- f) Anexo VI – Minuta do Contrato

São João do Oeste, 26 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br VANEI ROGERIO RITTER
Data: 26/05/2026 14:20:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vanei Rogério Ritter
Diretor de Compras e Licitações



ANEXO I – RELAÇÃO DE ITENS

Documento disponível em anexo apartado

ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

Documento disponível em anexo apartado



ANEXO III

DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

Processo Administrativo nº 08/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

_____(Razão Social da Empresa), CNPJ nº _____, sediada na _____(endereço completo), por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo §4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo art. 4º da lei nº 14.133/2021. Declaro, para fins da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta ser:

() Microempresa – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00;

() Empresa de Pequeno Porte – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00;

DECLARA, para todos os efeitos legais, que no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, com observância do limite de R\$ 4.800.000,00, para fins de obtenção dos benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.



MUNICÍPIO DE
SÃOJOÃO
DO OESTE

Capital Catarinense da Língua Alemã

Tetracampeão Nacional em Alfabetização

_____, em _____ de _____ 2026.

(assinatura eletrônica/digital)

Nome

Representante Legal

CPF:

(assinatura eletrônica/digital)

Nome

Contador, CRC:

CPF:



ANEXO IV

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Processo Administrativo nº 08/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

_____(Razão Social da Empresa), CNPJ
nº _____, sediada na
_____(endereço completo), por
intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira
de Identidade RG nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

a) Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital, conforme o art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/21.

b) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

c) Para fins do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional, nº 20/98, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

d) Que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação.

e) Que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas



convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

f) Que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

g) Que até a data de inclusão desta declaração, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

h) Que não se encontra impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, que não foi declarada inidônea por qualquer Órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, bem como, que não está impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 156, da Lei Federal nº 14.133/2021 ou proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92;

i) Que não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

j) Que não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente político ou órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

_____, em ____ de _____ 2026.

(assinatura eletrônica/digital)

Nome

Representante Legal

CPF:



ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA FINAL

Processo Administrativo nº 08/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

Razão Social: _____

CNPJ: _____ **Inscrição Estadual:** _____

Endereço: _____

Bairro: _____ **Cidade:** _____ **UF:** _____ **CEP:** _____

E-mail: _____ **Contato:** _____

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de uniformes para os alunos da rede municipal de ensino do Município de São João do Oeste/SC.

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação, acatando todas as estipulações consignadas no Edital e seus anexos e obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente, pelos preços e condições assinalados na presente.

Item	Descrição/Especificação	Marca	Unidade de Medida	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1						
2						

Proposta: R\$. (.....)

1. Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias contados do seu cadastro no Portal de Compras Públicas.
2. Declaramos que a presente proposta inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, tais como, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, transporte, materiais, equipamentos, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro da empresa e quaisquer outros encargos necessários ao cumprimento integral do objeto da presente licitação.



3. Declaramos que compreendemos a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4. Declaramos conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação e que não incidimos nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021.

5. O prazo de início de fornecimento/execução dos serviços de acordo com o estabelecido no termo de referência (anexo II) do edital desse processo.

6. Dados para pagamento: Banco: _____, Agência: _____, Conta: _____.

7. Responsável pela assinatura do Contrato: Nome Completo: _____, CPF: _____, RG: _____, Cargo na empresa: _____.

7.1. Para facilitar o contato, solicitamos constar ainda as seguintes informações: a) Indicação de Preposto (nome, CPF, cargo/ função, telefone e e-mail);

7.2. O Preposto indicado será responsável por todos os contatos necessários a plena execução do contrato.

7.3. Caso necessário deverá ser apresentada, para assinatura do contrato, procuração do indicado acima.

_____, em _____ de _____ 2026.

(assinatura eletrônica/digital)

Nome

Representante Legal

CPF:



ANEXO VI
MINUTA DO CONTRATO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**, Estado de Santa Catarina, através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 31.030.781/0001-90, estabelecida à rua Encantado, 66, nesta cidade de São João do Oeste - SC, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes, **Sr. Everton Krone Wehner**, brasileiro, portador do CPF nº ***.664.099-**, que doravante será denominado **CONTRATANTE**, e

....., inscrita no CNPJ nº, estabelecida na Rua nº, Bairro no Município de, neste ato representado pelo **Sr.....**, portador do CPF nº e RG nº, doravante denominada como **CONTRATADA**.

Acordam proceder ao presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 221, de 14 de dezembro de 2023, Lei Complementar Municipal nº 21, de 25 de junho de 2013 e Decreto Municipal nº 218/2023, de 13 de dezembro de 2023, além das demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O objeto do presente termo é a “*Contratação de empresa(s) especializada(s) para fornecimento de uniformes para os alunos da rede municipal de ensino do município de São João do Oeste/SC*”, conforme Anexo II – Termo de Referência.

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Processo Licitatório nº 08/2026, Pregão Eletrônico nº 08/2026, homologado no dia de de, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.



CLÁUSULA SEGUNDA: DAS GARANTIAS, CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

2.1. Os uniformes escolares objeto desta licitação deverão possuir garantia mínima de 06 (seis) meses, contados a partir do recebimento definitivo pela Secretaria Municipal de Educação, contra defeitos de fabricação, falhas de tingimento, desbotamento excessivo, encolhimento fora das normas técnicas, rompimento de costuras ou quaisquer vícios ocultos.

2.2. Durante o prazo de garantia, a contratada obriga-se a substituir, sem qualquer ônus adicional para o Município, os itens que apresentarem defeitos de fabricação ou divergências em relação às medidas coletadas individualmente.

2.2.1. Caso o uniforme apresente tamanho incompatível com o estudante, mesmo após a medição presencial obrigatória realizada pela contratada, esta deverá providenciar o ajuste ou a substituição da peça no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

2.2.2. Entende-se por assistência técnica, neste objeto, a correção de defeitos em zíperes, botões, elásticos, estampas e bordados que apresentarem desprendimento ou má fixação.

2.3. Conforme estabelecido no item 5.2.5, o Município reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, análise laboratorial para comprovação da composição têxtil.

2.3.1. Caso o laudo aponte divergência entre a composição real e a exigida no Termo de Referência, a contratada deverá substituir todo o lote fornecido sob sua inteira responsabilidade financeira.

2.4. Todas as despesas decorrentes da retirada e nova entrega de produtos para fins de garantia, manutenção ou substituição (fretes, descargas, deslocamento de pessoal e embalagens) correrão exclusivamente por conta da Contratada.

2.5. A garantia não cobrirá danos decorrentes de:

- a) Uso inadequado ou lavagem fora das especificações contidas nas etiquetas (observando as normas da ABNT);
- b) Danos causados por agentes externos após a entrega definitiva (cortes, queimaduras ou manchas de produtos químicos aplicados pelo usuário).

2.6. A contratada deverá disponibilizar um canal de comunicação (telefone ou e-mail) para que a Secretaria de Educação possa formalizar as solicitações de reparo ou substituição, devendo o atendimento ser iniciado em até 48 (quarenta e oito) horas após a notificação.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. O objeto licitado deverá ser executado conforme a descrição de cada item, pelo valor aprovado no



processo, sendo vedada a cobrança de qualquer outra despesa que venha a interferir no valor licitado.

3.2. Os itens deverão ser entregues na Secretaria de Educação, no endereço Rua Encantado, nº 66, Centro de São João do Oeste/SC.

3.2.1. A Contratada deverá arcar com todas as despesas de carga, descarga e frete referentes às entregas, incluindo aquelas decorrentes da devolução e reposição de mercadorias recusadas por não atenderem ao Edital.

3.3. Os itens desta licitação deverão ser fabricados com matéria prima de excelente qualidade, com tecidos sem falhas, de mesma coloração e com impressões/bordados/estampas detalhadas e nítidas conforme modelo identificado no Anexo I a este Termo de Referência.

3.3.1. Só serão aceitos itens que estiverem de acordo com as especificações exigidas neste Termo de Referência.

3.3.2. Os itens devem ser fabricados de acordo com as legislações pertinentes, sendo apresentados com etiquetas indicando o tamanho e embalados de forma individual.

3.4. O objeto desta licitação deverá ser entregue em **até 45 (quarenta e cinco) dias úteis** após a emissão da Solicitação de Fornecimento feita pelo Município.

3.4.1. A fixação do prazo de entrega em 45 (quarenta e cinco) dias fundamenta-se nos princípios da eficiência, do planejamento e do interesse público, previstos na Lei Federal nº 14.133/2021. Essa definição baseia-se na realidade do mercado confeccionista consultado na fase de pesquisa de preços, demonstrando-se um prazo técnico e operacionalmente viável para o fornecimento regular dos uniformes. A escolha pelo menor prazo de execução visa assegurar a máxima celeridade no atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, garantindo que os estudantes da rede municipal recebam suas vestimentas de forma ágil, minimizando o tempo de espera e otimizando o cronograma de distribuição da administração pública, sem comprometer a ampla competitividade do certame.

3.5. A Contratada será obrigada a prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem requeridos pela Administração Municipal e deverá acatar a fiscalização do objeto, atendendo prontamente às solicitações do fiscal do contrato.

3.6. O município reserva-se o direito de, a qualquer momento após a entrega dos itens deste edital, havendo dúvida sobre a composição dos tecidos ou a qualidade do produto, solicitar a análise laboratorial das peças entregues. A análise será realizada junto a um laboratório especializado, à escolha da Administração, e os custos para a sua realização serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora do lote.

3.7. Após a entrega dos materiais objeto desta licitação, eles serão devidamente inspecionados pelo Setor Responsável. No caso de se constatar qualquer irregularidade ou incompatibilidade nos itens fornecidos em



relação à proposta comercial da contratada ou em relação às condições expressas neste Edital.

3.8. O Município terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para processar a conferência do que foi entregue, lavrando termo de recebimento definitivo ou notificando a Contratante para substituição do objeto entregue em desacordo com as especificações.

3.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratante pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do Empenho, se a qualquer tempo se verificar vícios, defeitos ou incorreções.

3.10. A contratada é obrigada a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em caso de defeito ou incorreção decorrente da produção e/ou fabricação, ou uso de produto diverso do que foi relacionado em sua proposta.

3.11. A troca deverá ser realizada no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da comunicação oficial do fato, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital. Esse prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, que será submetida à análise e aprovação do Contratante.

3.12. A contratada deverá executar o objeto contratado de acordo com o disposto a seguir e conforme o estabelecido no Anexo II - Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O valor do Contrato corresponde a importância total de **R\$ (.....)**, conforme os itens abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 1 – BERMUDAS MASCULINAS					
1	Bermuda masculina de corte reto, confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve apresentar acabamento amaciado (toque de pêssago), alta resistência à tração, estabilidade dimensional e solidez de cor (tingimento sólido). Na cor azul royal. O acabamento da cintura deve ser em cóis inteiriço com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas em toda a sua extensão. As	Un	88	R\$	R\$



	costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento do tecido. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo) e no fechamento da costura do elástico, visando máxima durabilidade. Acabamento das bainhas com dobra mínima de 2 cm e costura de bitola larga. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência em poliamida ou poliéster, na mesma cor e tonalidade do tecido, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 01, 02 e 04.				
2	Bermuda masculina de corte reto, confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve apresentar acabamento amaciado (toque de pêssego), alta resistência à tração, estabilidade dimensional e solidez de cor (tingimento sólido). Na cor azul royal. O acabamento da cintura deve ser em cóis inteiriço com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas em toda a sua extensão. As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento do tecido. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo) e no fechamento da costura do elástico, visando máxima durabilidade.	Un	114	R\$	R\$



	Acabamento das bainhas com dobra mínima de 2 cm e costura de bitola larga. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência em poliamida ou poliéster, na mesma cor e tonalidade do tecido, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 06 e 08.				
3	Bermuda masculina de corte reto, confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve apresentar acabamento amaciado (toque de pêssego), alta resistência à tração, estabilidade dimensional e solidez de cor (tingimento sólido). Na cor azul royal. O acabamento da cintura deve ser em cóis inteiriço com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas em toda a sua extensão. As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento do tecido. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo) e no fechamento da costura do elástico, visando máxima durabilidade. Acabamento das bainhas com dobra mínima de 2 cm e costura de bitola larga. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência em poliamida ou poliéster, na mesma cor e tonalidade do tecido, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas	Un	119	R\$	R\$



	vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 10 e 12.				
4	Bermuda masculina de corte reto, confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve apresentar acabamento amaciado (toque de pêssego), alta resistência à tração, estabilidade dimensional e solidez de cor (tingimento sólido). Na cor azul royal. O acabamento da cintura deve ser em cóis inteiriço com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas em toda a sua extensão. As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento do tecido. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo) e no fechamento da costura do elástico, visando máxima durabilidade. Acabamento das bainhas com dobra mínima de 2 cm e costura de bitola larga. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência em poliamida ou poliéster, na mesma cor e tonalidade do tecido, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 14 e 16.	Un	72	R\$	R\$
5	Bermuda masculina de corte reto, confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve apresentar acabamento amaciado (toque de pêssego), alta resistência à tração, estabilidade dimensional e solidez de cor (tingimento	Un	30	R\$	R\$



	sólido). Na cor azul royal. O acabamento da cintura deve ser em cóis inteiriço com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas em toda a sua extensão. As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento do tecido. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo) e no fechamento da costura do elástico, visando máxima durabilidade. Acabamento das bainhas com dobra mínima de 2 cm e costura de bitola larga. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência em poliamida ou poliéster, na mesma cor e tonalidade do tecido, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos P, M e G.				
6	Bermuda masculina de corte reto, confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve apresentar acabamento amaciado (toque de pêssego), alta resistência à tração, estabilidade dimensional e solidez de cor (tingimento sólido). Na cor azul royal. O acabamento da cintura deve ser em cóis inteiriço com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas em toda a sua extensão. As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio	Un	1	R\$	R\$



	interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento do tecido. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo) e no fechamento da costura do elástico, visando máxima durabilidade. Acabamento das bainhas com dobra mínima de 2 cm e costura de bitola larga. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência em poliamida ou poliéster, na mesma cor e tonalidade do tecido, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido no tamanho GG.				
VALOR TOTAL DO LOTE 1 – BERMUDAS MASCULINAS: R\$					
LOTE 2 – BERMUDAS FEMININAS					
7	Bermuda feminina modelo ciclista, confeccionada em malha stretch de alta densidade composta por 88% poliamida e 12% elastano, com gramatura mínima de 365 g/m², garantindo que a peça não apresente transparência, mesmo quando esticada, além de resistência ao pilling e ao esgarçamento. O tecido deve apresentar toque macio, alta capacidade de transpiração e estabilidade dimensional. Na cor azul royal, com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Modelo sem costuras laterais externas, visando maior conforto e redução de atrito. O acabamento da cintura deve ser em cós anatômico com altura mínima de 4 cm e máxima de 6 cm (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com aplicação de elástico interno de largura compatível com o cós e excelente memória elástica, devidamente rebatido, proporcionando ajuste seguro e confortável sem causar compressão excessiva. As	Un	83	R\$	R\$



	costuras devem ser reforçadas, executadas em máquinas do tipo overloque e galoneira, utilizando fios e linhas de mesma cor e tonalidade do tecido principal, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. Acabamento inferior das pernas (bainhas) com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. O comprimento da bermuda deve ser de aproximadamente 10 cm acima do joelho. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 01, 02 e 04.				
8	Bermuda feminina modelo ciclista, confeccionada em malha stretch de alta densidade composta por 88% poliamida e 12% elastano, com gramatura mínima de 365 g/m ² , garantindo que a peça não apresente transparência, mesmo quando esticada, além de resistência ao pilling e ao esgarçamento. O tecido deve apresentar toque macio, alta capacidade de transpiração e estabilidade dimensional. Na cor azul royal, com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Modelo sem costuras laterais externas, visando maior conforto e redução de atrito. O acabamento da cintura deve ser em cóis anatômico com altura mínima de 4 cm e máxima de 6 cm (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com aplicação de elástico interno de largura compatível com o cóis e excelente memória elástica, devidamente rebatido, proporcionando ajuste seguro e confortável sem causar compressão excessiva. As costuras devem ser reforçadas, executadas em máquinas do tipo overloque e galoneira, utilizando fios e linhas de mesma cor e tonalidade do tecido principal, sem	Un	101	R\$	R\$



	apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. Acabamento inferior das pernas (bainhas) com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. O comprimento da bermuda deve ser de aproximadamente 10 cm acima do joelho. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 06 e 08.				
9	Bermuda feminina modelo ciclista, confeccionada em malha stretch de alta densidade composta por 88% poliamida e 12% elastano, com gramatura mínima de 365 g/m ² , garantindo que a peça não apresente transparência, mesmo quando esticada, além de resistência ao pilling e ao esgarçamento. O tecido deve apresentar toque macio, alta capacidade de transpiração e estabilidade dimensional. Na cor azul royal, com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Modelo sem costuras laterais externas, visando maior conforto e redução de atrito. O acabamento da cintura deve ser em cóc anatômico com altura mínima de 4 cm e máxima de 6 cm (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com aplicação de elástico interno de largura compatível com o cóc e excelente memória elástica, devidamente rebatido, proporcionando ajuste seguro e confortável sem causar compressão excessiva. As costuras devem ser reforçadas, executadas em máquinas do tipo overloque e galoneira, utilizando fios e linhas de mesma cor e tonalidade do tecido principal, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. Acabamento inferior das pernas (bainhas) com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando	Un	117	R\$	R\$



	simetria e durabilidade. O comprimento da bermuda deve ser de aproximadamente 10 cm acima do joelho. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 10 e 12.				
10	Bermuda feminina modelo ciclista, confeccionada em malha stretch de alta densidade composta por 88% poliamida e 12% elastano, com gramatura mínima de 365 g/m ² , garantindo que a peça não apresente transparência, mesmo quando esticada, além de resistência ao pilling e ao esgarçamento. O tecido deve apresentar toque macio, alta capacidade de transpiração e estabilidade dimensional. Na cor azul royal, com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Modelo sem costuras laterais externas, visando maior conforto e redução de atrito. O acabamento da cintura deve ser em cós anatômico com altura mínima de 4 cm e máxima de 6 cm (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com aplicação de elástico interno de largura compatível com o cós e excelente memória elástica, devidamente rebatido, proporcionando ajuste seguro e confortável sem causar compressão excessiva. As costuras devem ser reforçadas, executadas em máquinas do tipo overloque e galoneira, utilizando fios e linhas de mesma cor e tonalidade do tecido principal, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. Acabamento inferior das pernas (bainhas) com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. O comprimento da bermuda deve ser de aproximadamente 10 cm acima do joelho. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e	Un	61	R\$	R\$



	instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 14 e 16.				
11	Bermuda feminina modelo ciclista, confeccionada em malha stretch de alta densidade composta por 88% poliamida e 12% elastano, com gramatura mínima de 365 g/m², garantindo que a peça não apresente transparência, mesmo quando esticada, além de resistência ao pilling e ao esgarçamento. O tecido deve apresentar toque macio, alta capacidade de transpiração e estabilidade dimensional. Na cor azul royal, com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Modelo sem costuras laterais externas, visando maior conforto e redução de atrito. O acabamento da cintura deve ser em cós anatômico com altura mínima de 4 cm e máxima de 6 cm (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com aplicação de elástico interno de largura compatível com o cós e excelente memória elástica, devidamente rebatido, proporcionando ajuste seguro e confortável sem causar compressão excessiva. As costuras devem ser reforçadas, executadas em máquinas do tipo overlock e galoneira, utilizando fios e linhas de mesma cor e tonalidade do tecido principal, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. Acabamento inferior das pernas (bainhas) com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. O comprimento da bermuda deve ser de aproximadamente 10 cm acima do joelho. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos P, M e G.	Un	36	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 2 – BERMUDAS FEMININAS: R\$ 23.388,00					



LOTE 3 – CAMISETAS MANGA CURTA

12	Camiseta unissex de manga curta, confeccionada em malha fria PV fio 30/1 composta por 67% poliéster e 33% viscose, com acabamento anti-pilling e gramatura mínima de 175 g/m². O corpo da peça apresenta a cor predominante amarelo seleção, com detalhamento frontal composto por uma faixa superior em azul royal próximo à gola e uma faixa central na cor vermelha à altura do peito. A faixa central vermelha é margeada, superior e inferiormente, por listra (friso embutido) na cor verde bandeira onde deve aparecer por fora 0,3 mm cada, mantendo a continuidade horizontal em toda a extensão frontal da peça. Sobre a faixa vermelha, constam aplicados o brasão do município ao lado esquerdo e o selo comemorativo de 100 anos de Porto Novo ao lado direito, ambos estampados em tecnologia DTF ou silk-screen em policromia, com dimensão mínima de 6 cm, admitindo-se redução proporcional exclusivamente para os tamanhos 01 ao 04 para garantir a estética e o conforto da peça. O acabamento da gola redonda, de 2,5 cm, é executado em ribana na cor verde bandeira com pesponto em máquina galoneira duas costuras, mesmo padrão de cor aplicado às barras das mangas. O acabamento inferior da cintura (barra da peça) deve ser executado no mesmo padrão de qualidade e costura, com pesponto em máquina galoneira duas costuras, garantindo a simetria e durabilidade do acabamento. As linhas utilizadas em todas as costuras (gola, mangas e barra) devem acompanhar rigorosamente a tonalidade do tecido sobre o qual são aplicadas, assegurando um acabamento uniforme e sem destoar da cor da peça. A parte posterior da camiseta contém a inscrição centralizada	Un	152	R\$	R\$
----	--	----	-----	-----	-----



	'DESTAQUE NACIONAL EM ALFABETIZAÇÃO – SÃO JOÃO DO OESTE - SC', aplicada em silk-screen (serigrafia) na cor azul royal, utilizando a fonte Roboto ou similar Arial (sem serifa). A disposição deve seguir três linhas, sendo as duas primeiras em negrito (Bold) e a terceira em peso regular, garantindo excelente aderência e cobertura da estampa. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 01, 02 e 04.				
13	Camiseta unissex de manga curta, confeccionada em malha fria PV fio 30/1 composta por 67% poliéster e 33% viscose, com acabamento anti-pilling e gramatura mínima de 175 g/m². O corpo da peça apresenta a cor predominante amarelo seleção, com detalhamento frontal composto por uma faixa superior em azul royal próximo à gola e uma faixa central na cor vermelha à altura do peito. A faixa central vermelha é margeada, superior e inferiormente, por listra (friso embutido) na cor verde bandeira onde deve aparecer por fora 0,3 mm cada, mantendo a continuidade horizontal em toda a extensão frontal da peça. Sobre a faixa vermelha, constam aplicados o brasão do município ao lado esquerdo e o selo comemorativo de 100 anos de Porto Novo ao lado direito, ambos estampados em tecnologia DTF ou silk-screen em policromia, com dimensão mínima de 6 cm, admitindo-se redução proporcional exclusivamente para os tamanhos 01 ao 04 para garantir a estética e o conforto da peça. O acabamento da gola redonda, de 2,5 cm, é executado em ribana na cor verde bandeira com pesponto em máquina galoneira duas costuras, mesmo padrão de cor aplicado às barras das mangas.	Un	201	R\$	R\$



	O acabamento inferior da cintura (barra da peça) deve ser executado no mesmo padrão de qualidade e costura, com pesponto em máquina galoneira duas costuras, garantindo a simetria e durabilidade do acabamento. As linhas utilizadas em todas as costuras (gola, mangas e barra) devem acompanhar rigorosamente a tonalidade do tecido sobre o qual são aplicadas, assegurando um acabamento uniforme e sem destoar da cor da peça. A parte posterior da camiseta contém a inscrição centralizada 'DESTAQUE NACIONAL EM ALFABETIZAÇÃO – SÃO JOÃO DO OESTE - SC', aplicada em silk-screen (serigrafia) na cor azul royal, utilizando a fonte Roboto ou similar Arial (sem serifa). A disposição deve seguir três linhas, sendo as duas primeiras em negrito (Bold) e a terceira em peso regular, garantindo excelente aderência e cobertura da estampa. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 06 e 08.				
14	Camiseta unissex de manga curta, confeccionada em malha fria PV fio 30/1 composta por 67% poliéster e 33% viscose, com acabamento anti-pilling e gramatura mínima de 175 g/m². O corpo da peça apresenta a cor predominante amarelo seleção, com detalhamento frontal composto por uma faixa superior em azul royal próximo à gola e uma faixa central na cor vermelha à altura do peito. A faixa central vermelha é margeada, superior e inferiormente, por listra (friso embutido) na cor verde bandeira onde deve aparecer por fora 0,3 mm cada, mantendo a continuidade horizontal em toda a extensão frontal da peça. Sobre a faixa vermelha, constam aplicados o brasão do município ao lado	Un	246	R\$	R\$



	esquerdo e o selo comemorativo de 100 anos de Porto Novo ao lado direito, ambos estampados em tecnologia DTF ou silk-screen em policromia, com dimensão mínima de 6 cm, admitindo-se redução proporcional exclusivamente para os tamanhos 01 ao 04 para garantir a estética e o conforto da peça. O acabamento da gola redonda, de 2,5 cm, é executado em ribana na cor verde bandeira com pesponto em máquina galoneira duas costuras, mesmo padrão de cor aplicado às barras das mangas. O acabamento inferior da cintura (barra da peça) deve ser executado no mesmo padrão de qualidade e costura, com pesponto em máquina galoneira duas costuras, garantindo a simetria e durabilidade do acabamento. As linhas utilizadas em todas as costuras (gola, mangas e barra) devem acompanhar rigorosamente a tonalidade do tecido sobre o qual são aplicadas, assegurando um acabamento uniforme e sem destoar da cor da peça. A parte posterior da camiseta contém a inscrição centralizada 'DESTAQUE NACIONAL EM ALFABETIZAÇÃO – SÃO JOÃO DO OESTE - SC', aplicada em silk-screen (serigrafia) na cor azul royal, utilizando a fonte Roboto ou similar Arial (sem serifa). A disposição deve seguir três linhas, sendo as duas primeiras em negrito (Bold) e a terceira em peso regular, garantindo excelente aderência e cobertura da estampa. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 10 e 12.				
15	Camiseta unissex de manga curta, confeccionada em malha fria PV fio 30/1 composta por 67% poliéster e 33% viscose, com acabamento anti-pilling e gramatura mínima de 175 g/m². O corpo da peça	Un	120	R\$	R\$



apresenta a cor predominante amarelo seleção, com detalhamento frontal composto por uma faixa superior em azul royal próximo à gola e uma faixa central na cor vermelha à altura do peito. A faixa central vermelha é margeada, superior e inferiormente, por listra (friso embutido) na cor verde bandeira onde deve aparecer por fora 0,3 mm cada, mantendo a continuidade horizontal em toda a extensão frontal da peça. Sobre a faixa vermelha, constam aplicados o brasão do município ao lado esquerdo e o selo comemorativo de 100 anos de Porto Novo ao lado direito, ambos estampados em tecnologia DTF ou silk-screen em policromia, com dimensão mínima de 6 cm, admitindo-se redução proporcional exclusivamente para os tamanhos 01 ao 04 para garantir a estética e o conforto da peça. O acabamento da gola redonda, de 2,5 cm, é executado em ribana na cor verde bandeira com pesponto em máquina galoneira duas costuras, mesmo padrão de cor aplicado às barras das mangas. O acabamento inferior da cintura (barra da peça) deve ser executado no mesmo padrão de qualidade e costura, com pesponto em máquina galoneira duas costuras, garantindo a simetria e durabilidade do acabamento. As linhas utilizadas em todas as costuras (gola, mangas e barra) devem acompanhar rigorosamente a tonalidade do tecido sobre o qual são aplicadas, assegurando um acabamento uniforme e sem destoar da cor da peça. A parte posterior da camiseta contém a inscrição centralizada 'DESTAQUE NACIONAL EM ALFABETIZAÇÃO – SÃO JOÃO DO OESTE - SC', aplicada em silk-screen (serigrafia) na cor azul royal, utilizando a fonte Roboto ou similar Arial (sem serifa). A disposição deve seguir três linhas, sendo as				
---	--	--	--	--



	duas primeiras em negrito (Bold) e a terceira em peso regular, garantindo excelente aderência e cobertura da estampa. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 14 e 16.				
16	Camiseta unissex de manga curta, confeccionada em malha fria PV fio 30/1 composta por 67% poliéster e 33% viscose, com acabamento anti-pilling e gramatura mínima de 175 g/m². O corpo da peça apresenta a cor predominante amarelo seleção, com detalhamento frontal composto por uma faixa superior em azul royal próximo à gola e uma faixa central na cor vermelha à altura do peito. A faixa central vermelha é margeada, superior e inferiormente, por listra (friso embutido) na cor verde bandeira onde deve aparecer por fora 0,3 mm cada, mantendo a continuidade horizontal em toda a extensão frontal da peça. Sobre a faixa vermelha, constam aplicados o brasão do município ao lado esquerdo e o selo comemorativo de 100 anos de Porto Novo ao lado direito, ambos estampados em tecnologia DTF ou silk-screen em policromia, com dimensão mínima de 6 cm, admitindo-se redução proporcional exclusivamente para os tamanhos 01 ao 04 para garantir a estética e o conforto da peça. O acabamento da gola redonda, de 2,5 cm, é executado em ribana na cor verde bandeira com pesponto em máquina galoneira duas costuras, mesmo padrão de cor aplicado às barras das mangas. O acabamento inferior da cintura (barra da peça) deve ser executado no mesmo padrão de qualidade e costura, com pesponto em máquina galoneira duas costuras, garantindo a simetria e durabilidade do acabamento. As linhas utilizadas em todas as costuras (gola,	Un	42	R\$	R\$



	mangas e barra) devem acompanhar rigorosamente a tonalidade do tecido sobre o qual são aplicadas, assegurando um acabamento uniforme e sem destoar da cor da peça. A parte posterior da camiseta contém a inscrição centralizada 'DESTAQUE NACIONAL EM ALFABETIZAÇÃO – SÃO JOÃO DO OESTE - SC', aplicada em silk-screen (serigrafia) na cor azul royal, utilizando a fonte Roboto ou similar Arial (sem serifa). A disposição deve seguir três linhas, sendo as duas primeiras em negrito (Bold) e a terceira em peso regular, garantindo excelente aderência e cobertura da estampa. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos P, M e G.				
17	Camiseta unissex de manga curta, confeccionada em malha fria PV fio 30/1 composta por 67% poliéster e 33% viscose, com acabamento anti-pilling e gramatura mínima de 175 g/m². O corpo da peça apresenta a cor predominante amarelo seleção, com detalhamento frontal composto por uma faixa superior em azul royal próximo à gola e uma faixa central na cor vermelha à altura do peito. A faixa central vermelha é margeada, superior e inferiormente, por listra (friso embutido) na cor verde bandeira onde deve aparecer por fora 0,3 mm cada, mantendo a continuidade horizontal em toda a extensão frontal da peça. Sobre a faixa vermelha, constam aplicados o brasão do município ao lado esquerdo e o selo comemorativo de 100 anos de Porto Novo ao lado direito, ambos estampados em tecnologia DTF ou silk-screen em policromia, com dimensão mínima de 6 cm, admitindo-se redução proporcional exclusivamente para os	Un	1	R\$	R\$



	tamanhos 01 ao 04 para garantir a estética e o conforto da peça. O acabamento da gola redonda, de 2,5 cm, é executado em ribana na cor verde bandeira com pesponto em máquina galoneira duas costuras, mesmo padrão de cor aplicado às barras das mangas. O acabamento inferior da cintura (barra da peça) deve ser executado no mesmo padrão de qualidade e costura, com pesponto em máquina galoneira duas costuras, garantindo a simetria e durabilidade do acabamento. As linhas utilizadas em todas as costuras (gola, mangas e barra) devem acompanhar rigorosamente a tonalidade do tecido sobre o qual são aplicadas, assegurando um acabamento uniforme e sem destoar da cor da peça. A parte posterior da camiseta contém a inscrição centralizada 'DESTAQUE NACIONAL EM ALFABETIZAÇÃO – SÃO JOÃO DO OESTE - SC', aplicada em silk-screen (serigrafia) na cor azul royal, utilizando a fonte Roboto ou similar Arial (sem serifa). A disposição deve seguir três linhas, sendo as duas primeiras em negrito (Bold) e a terceira em peso regular, garantindo excelente aderência e cobertura da estampa. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido no tamanho GG.				
VALOR TOTAL DO LOTE 3 – CAMISETAS MANGA CURTA: R\$ 35.504,50					
LOTE 4 – JAQUETAS					
18	Jaqueta unissex de corte reto, modelo colegial/esportivo, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² , apresentando acabamento amaciado e tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Na cor predominante	Un	151	R\$	R\$



vermelha, apresenta faixa aplicada na cor azul royal, de 2,5 cm, em toda a sua extensão externa das mangas (exceto gola), finalizando com punhos em ribana composta por poliéster e elastano, com excelente memória elástica (não esgarça) e tingimento em harmonia com o azul royal das mangas. Na região inferior ao tórax possui detalhamento composto por duas faixas horizontais contínuas com largura de 4 cm cada, sendo a cor amarelo canário na posição superior e verde bandeira na posição inferior, atravessando toda a região frontal, seccionadas centralmente pelo fechamento em zíper, mantendo o alinhamento horizontal perfeito entre os dois lados. As faixas amarelo-canário e verde-bandeira são intercaladas por um friso embutido horizontal no tecido base (vermelho). O friso deve ter a largura aparecendo de 0,3 mm, o qual garante o espaçamento e o contraste entre as cores, preservando o alinhamento simétrico com o fechamento central do zíper. Apresenta, no tórax, o brasão do município bordado ao lado esquerdo, em policromia com linha de poliéster de alta resistência e brilho, com alta definição e dimensão aproximada de 6 cm, ajustável proporcionalmente aos tamanhos, para garantir a estética e o conforto da peça. O fechamento frontal é completo em zíper de nylon na cor vermelha, na mesma tonalidade do tecido sobre o qual é costurado, com cursor metálico de travamento automático e deslizamento suave. Possui 02 (dois) bolsos laterais tipo "faca" ou embutidos, com reforço de costura e travetes nas extremidades. Gola modelo alto (esportivo), dobrável, com reforço interno também na cor vermelha. O acabamento da cintura é em barra de com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando				
--	--	--	--	--



	simetria e durabilidade. A parte posterior contém a inscrição centralizada "SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SÃO JOÃO DO OESTE - SC", bordada com linha de poliéster na cor amarelo seleção, em fonte tipo Roboto ou Arial (sem serifa), disposta em três linhas (primeiras duas em negrito e segunda em peso regular). As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios e pesponto simples nas junções de cores, garantindo o chuleio interno das bordas para evitar desfiamento, utilizando fios de alta resistência na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 01, 02 e 04.				
19	Jaqueta unissex de corte reto, modelo colegial/esportivo, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² , apresentando acabamento amaciado e tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Na cor predominante vermelha, apresenta faixa aplicada na cor azul royal, de 2,5 cm, em toda a sua extensão externa das mangas (exceto gola), finalizando com punhos em ribana composta por poliéster e elastano, com excelente memória elástica (não esgarça) e tingimento em harmonia com o azul royal das mangas. Na região inferior ao tórax possui detalhamento composto por duas faixas horizontais contínuas com largura de 4 cm cada, sendo a cor amarelo canário na posição superior e verde bandeira na posição inferior, atravessando toda a região frontal, seccionadas centralmente pelo fechamento em zíper, mantendo o alinhamento	Un	205	R\$	R\$



horizontal perfeito entre os dois lados. As faixas amarelo-canário e verde-bandeira são intercaladas por um friso embutido horizontal no tecido base (vermelho). O friso deve ter a largura aparecendo de 0,3 mm, o qual garante o espaçamento e o contraste entre as cores, preservando o alinhamento simétrico com o fechamento central do zíper. Apresenta, no tórax, o brasão do município bordado ao lado esquerdo, em policromia com linha de poliéster de alta resistência e brilho, com alta definição e dimensão aproximada de 6 cm, ajustável proporcionalmente aos tamanhos, para garantir a estética e o conforto da peça. O fechamento frontal é completo em zíper de nylon na cor vermelha, na mesma tonalidade do tecido sobre o qual é costurado, com cursor metálico de travamento automático e deslizamento suave. Possui 02 (dois) bolsos laterais tipo "faca" ou embutidos, com reforço de costura e travetes nas extremidades. Gola modelo alto (esportivo), dobrável, com reforço interno também na cor vermelha. O acabamento da cintura é em barra de com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. A parte posterior contém a inscrição centralizada "SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SÃO JOÃO DO OESTE - SC", bordada com linha de poliéster na cor amarelo seleção, em fonte tipo Roboto ou Arial (sem serifa), disposta em três linhas (primeiras duas em negrito e segunda em peso regular). As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios e pesponto simples nas junções de cores, garantindo o chuleio interno das bordas para evitar desfiamento, utilizando fios de alta resistência na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e				
--	--	--	--	--



	instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 06 e 08.				
20	Jaqueta unissex de corte reto, modelo colegial/esportivo, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m² e 180 g/m², apresentando acabamento amaciado e tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Na cor predominante vermelha, apresenta faixa aplicada na cor azul royal, de 2,5 cm, em toda a sua extensão externa das mangas (exceto gola), finalizando com punhos em ribana composta por poliéster e elastano, com excelente memória elástica (não esgarça) e tingimento em harmonia com o azul royal das mangas. Na região inferior ao tórax possui detalhamento composto por duas faixas horizontais contínuas com largura de 4 cm cada, sendo a cor amarelo canário na posição superior e verde bandeira na posição inferior, atravessando toda a região frontal, seccionadas centralmente pelo fechamento em zíper, mantendo o alinhamento horizontal perfeito entre os dois lados. As faixas amarelo-canário e verde-bandeira são intercaladas por um friso embutido horizontal no tecido base (vermelho). O friso deve ter a largura aparecendo de 0,3 mm, o qual garante o espaçamento e o contraste entre as cores, preservando o alinhamento simétrico com o fechamento central do zíper. Apresenta, no tórax, o brasão do município bordado ao lado esquerdo, em policromia com linha de poliéster de alta resistência e brilho, com alta definição e dimensão aproximada de 6 cm, ajustável proporcionalmente aos tamanhos, para garantir a estética e o conforto da peça. O	Un	231	R\$	R\$



	fechamento frontal é completo em zíper de nylon na cor vermelha, na mesma tonalidade do tecido sobre o qual é costurado, com cursor metálico de travamento automático e deslizamento suave. Possui 02 (dois) bolsos laterais tipo "faca" ou embutidos, com reforço de costura e travetes nas extremidades. Gola modelo alto (esportivo), dobrável, com reforço interno também na cor vermelha. O acabamento da cintura é em barra de com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. A parte posterior contém a inscrição centralizada "SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SÃO JOÃO DO OESTE - SC", bordada com linha de poliéster na cor amarelo seleção, em fonte tipo Roboto ou Arial (sem serifa), disposta em três linhas (primeiras duas em negrito e segunda em peso regular). As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios e pesponto simples nas junções de cores, garantindo o chuleio interno das bordas para evitar desfiamento, utilizando fios de alta resistência na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 10 e 12.				
21	Jaqueta unissex de corte reto, modelo colegial/esportivo, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² , apresentando acabamento amaciado e tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Na cor predominante vermelha, apresenta faixa aplicada na cor azul royal, de 2,5 cm, em toda a sua extensão externa das mangas (exceto gola),	Un	133	R\$	R\$



finalizando com punhos em ribana composta por poliéster e elastano, com excelente memória elástica (não esgarça) e tingimento em harmonia com o azul royal das mangas. Na região inferior ao tórax possui detalhamento composto por duas faixas horizontais contínuas com largura de 4 cm cada, sendo a cor amarelo canário na posição superior e verde bandeira na posição inferior, atravessando toda a região frontal, seccionadas centralmente pelo fechamento em zíper, mantendo o alinhamento horizontal perfeito entre os dois lados. As faixas amarelo-canário e verde-bandeira são intercaladas por um friso embutido horizontal no tecido base (vermelho). O friso deve ter a largura aparecendo de 0,3 mm, o qual garante o espaçamento e o contraste entre as cores, preservando o alinhamento simétrico com o fechamento central do zíper. Apresenta, no tórax, o brasão do município bordado ao lado esquerdo, em policromia com linha de poliéster de alta resistência e brilho, com alta definição e dimensão aproximada de 6 cm, ajustável proporcionalmente aos tamanhos, para garantir a estética e o conforto da peça. O fechamento frontal é completo em zíper de nylon na cor vermelha, na mesma tonalidade do tecido sobre o qual é costurado, com cursor metálico de travamento automático e deslizamento suave. Possui 02 (dois) bolsos laterais tipo "faca" ou embutidos, com reforço de costura e travetes nas extremidades. Gola modelo alto (esportivo), dobrável, com reforço interno também na cor vermelha. O acabamento da cintura é em barra de com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. A parte posterior contém a inscrição centralizada "SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SÃO				
---	--	--	--	--



	JOÃO DO OESTE - SC", bordada com linha de poliéster na cor amarelo seleção, em fonte tipo Roboto ou Arial (sem serifa), disposta em três linhas (primeiras duas em negrito e segunda em peso regular). As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios e pesponto simples nas junções de cores, garantindo o chuleio interno das bordas para evitar desfiamento, utilizando fios de alta resistência na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 14 e 16.				
22	Jaqueta unissex de corte reto, modelo colegial/esportivo, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² , apresentando acabamento amaciado e tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Na cor predominante vermelha, apresenta faixa aplicada na cor azul royal, de 2,5 cm, em toda a sua extensão externa das mangas (exceto gola), finalizando com punhos em ribana composta por poliéster e elastano, com excelente memória elástica (não esgarça) e tingimento em harmonia com o azul royal das mangas. Na região inferior ao tórax possui detalhamento composto por duas faixas horizontais contínuas com largura de 4 cm cada, sendo a cor amarelo canário na posição superior e verde bandeira na posição inferior, atravessando toda a região frontal, seccionadas centralmente pelo fechamento em zíper, mantendo o alinhamento horizontal perfeito entre os dois lados. As faixas amarelo-canário e verde-bandeira são intercaladas por um friso embutido	Un	41	R\$	R\$



horizontal no tecido base (vermelho). O friso deve ter a largura aparecendo de 0,3 mm, o qual garante o espaçamento e o contraste entre as cores, preservando o alinhamento simétrico com o fechamento central do zíper. Apresenta, no tórax, o brasão do município bordado ao lado esquerdo, em policromia com linha de poliéster de alta resistência e brilho, com alta definição e dimensão aproximada de 6 cm, ajustável proporcionalmente aos tamanhos, para garantir a estética e o conforto da peça. O fechamento frontal é completo em zíper de nylon na cor vermelha, na mesma tonalidade do tecido sobre o qual é costurado, com cursor metálico de travamento automático e deslizamento suave. Possui 02 (dois) bolsos laterais tipo "faca" ou embutidos, com reforço de costura e travetes nas extremidades. Gola modelo alto (esportivo), dobrável, com reforço interno também na cor vermelha. O acabamento da cintura é em barra de com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. A parte posterior contém a inscrição centralizada "SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SÃO JOÃO DO OESTE - SC", bordada com linha de poliéster na cor amarelo seleção, em fonte tipo Roboto ou Arial (sem serifa), disposta em três linhas (primeiras duas em negrito e segunda em peso regular). As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios e pesponto simples nas junções de cores, garantindo o chuleio interno das bordas para evitar desfiamento, utilizando fios de alta resistência na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos P, M e G.				
---	--	--	--	--



23	Jaqueta unissex de corte reto, modelo colegial/esportivo, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m² e 180 g/m², apresentando acabamento amaciado e tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Na cor predominante vermelha, apresenta faixa aplicada na cor azul royal, de 2,5 cm, em toda a sua extensão externa das mangas (exceto gola), finalizando com punhos em ribana composta por poliéster e elastano, com excelente memória elástica (não esgarça) e tingimento em harmonia com o azul royal das mangas. Na região inferior ao tórax possui detalhamento composto por duas faixas horizontais contínuas com largura de 4 cm cada, sendo a cor amarelo canário na posição superior e verde bandeira na posição inferior, atravessando toda a região frontal, seccionadas centralmente pelo fechamento em zíper, mantendo o alinhamento horizontal perfeito entre os dois lados. As faixas amarelo-canário e verde-bandeira são intercaladas por um friso embutido horizontal no tecido base (vermelho). O friso deve ter a largura aparecendo de 0,3 mm, o qual garante o espaçamento e o contraste entre as cores, preservando o alinhamento simétrico com o fechamento central do zíper. Apresenta, no tórax, o brasão do município bordado ao lado esquerdo, em policromia com linha de poliéster de alta resistência e brilho, com alta definição e dimensão aproximada de 6 cm, ajustável proporcionalmente aos tamanhos, para garantir a estética e o conforto da peça. O fechamento frontal é completo em zíper de nylon na cor vermelha, na mesma tonalidade do tecido sobre o qual é costurado, com	Un	1	R\$	R\$
----	--	----	---	-----	-----



	cursor metálico de travamento automático e deslizamento suave. Possui 02 (dois) bolsos laterais tipo "faca" ou embutidos, com reforço de costura e travetes nas extremidades. Gola modelo alto (esportivo), dobrável, com reforço interno também na cor vermelha. O acabamento da cintura é em barra de com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. A parte posterior contém a inscrição centralizada "SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SÃO JOÃO DO OESTE - SC", bordada com linha de poliéster na cor amarelo seleção, em fonte tipo Roboto ou Arial (sem serifa), disposta em três linhas (primeiras duas em negrito e segunda em peso regular). As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios e pesponto simples nas junções de cores, garantindo o chuleio interno das bordas para evitar desfiamento, utilizando fios de alta resistência na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido no tamanho GG.				
VALOR TOTAL DO LOTE 4 – JAQUETAS: R\$ 84.065,50					
LOTE 5 – CALÇAS MASCULINAS					
24	Calça masculina de corte reto, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve apresentar acabamento amaciado (toque de pêssego), alta resistência à tração e solidez de cor. Na cor azul royal. Com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. O acabamento da cintura deve ser em cós inteiriço com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a	Un	88	R\$	R\$



	proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas. Acabamento inferior nos tornozelos com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo), aberturas e extremidades e no fechamento da costura do elástico. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência, na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 01, 02 e 04.				
25	Calça masculina de corte reto, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve apresentar acabamento amaciado (toque de pêssago), alta resistência à tração e solidez de cor. Na cor azul royal. Com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. O acabamento da cintura deve ser em cóis inteiro com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas. Acabamento inferior nos tornozelos com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. As costuras de	Un	116	R\$	R\$



	fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo), aberturas e extremidades e no fechamento da costura do elástico. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência, na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 06 e 08.				
26	Calça masculina de corte reto, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve apresentar acabamento amaciado (toque de pêssego), alta resistência à tração e solidez de cor. Na cor azul royal. Com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. O acabamento da cintura deve ser em cóis inteiriço com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas. Acabamento inferior nos tornozelos com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo),	Un	120	R\$	R\$



	aberturas e extremidades e no fechamento da costura do elástico. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência, na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 10 e 12.				
27	Calça masculina de corte reto, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve apresentar acabamento amaciado (toque de pêssego), alta resistência à tração e solidez de cor. Na cor azul royal. Com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. O acabamento da cintura deve ser em cós inteiriço com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas. Acabamento inferior nos tornozelos com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo), aberturas e extremidades e no fechamento da costura do elástico. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência, na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas	Un	73	R\$	R\$



	vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 14 e 16.				
28	Calça masculina de corte reto, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve apresentar acabamento amaciado (toque de pêssego), alta resistência à tração e solidez de cor. Na cor azul royal. Com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. O acabamento da cintura deve ser em cós inteiriço com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas. Acabamento inferior nos tornozelos com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo), aberturas e extremidades e no fechamento da costura do elástico. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência, na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos P, M e G.	Un	26	R\$	R\$
29	Calça masculina de corte reto, totalmente forrada em malha leve (tipo elanca light ou similar), confeccionada em tecido plano tipo Seletel, 100% poliéster, com gramatura entre 160 g/m ² e 180 g/m ² . O tecido deve	Un	1	R\$	R\$



	apresentar acabamento amaciado (toque de pêssago), alta resistência à tração e solidez de cor. Na cor azul royal. Com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. O acabamento da cintura deve ser em cós inteiriço com elástico interno de no mínimo 3,5 cm de largura (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com excelente memória elástica e devidamente rebatido por no mínimo duas costuras paralelas. Acabamento inferior nos tornozelos com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. As costuras de fechamento devem ser do tipo interloque de 5 fios, garantindo o chuleio interno (acabamento das bordas internas) para evitar o desfiamento. Todas as costuras devem ser pespontadas, com a aplicação obrigatória de ponto tipo travete nos pontos de maior tensão: entrepernas (gancho/cavalo), aberturas e extremidades e no fechamento da costura do elástico. Toda a costura deve utilizar fios de alta resistência, na mesma cor e tonalidade do tecido. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido no tamanho GG.				
VALOR TOTAL DO LOTE 5 – CALÇAS MASCULINAS: R\$ 25.335,25					
LOTE 6 – LEGGINGS FEMININAS					
30	Legging feminina, confeccionada em malha stretch de alta densidade composta por 88% poliamida e 12% elastano, com gramatura mínima de 365 g/m ² , garantindo que a peça não apresente transparência, mesmo quando esticada, além de resistência ao pilling e ao esgarçamento. O tecido deve apresentar toque macio, alta capacidade de transpiração e estabilidade dimensional. Com tingimento sólido de alta resistência a lavagens	Un	82	R\$	R\$



	sucessivas e à exposição solar. Modelo sem costuras laterais externas, visando maior conforto e redução de atrito. O acabamento da cintura deve ser em cóis anatômico com altura mínima de 4 cm e máxima de 6 cm (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com aplicação de elástico interno de largura compatível com o cóis e excelente memória elástica, devidamente rebatido, proporcionando ajuste seguro e confortável sem causar compressão excessiva. As costuras devem ser reforçadas, executadas em máquinas do tipo overlock e galoneira, utilizando fios e linhas de mesma cor e tonalidade do tecido principal, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. Acabamento inferior dos tornozelos com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 01, 02 e 04.				
31	Legging feminina, confeccionada em malha stretch de alta densidade composta por 88% poliamida e 12% elastano, com gramatura mínima de 365 g/m ² , garantindo que a peça não apresente transparência, mesmo quando esticada, além de resistência ao pilling e ao esgarçamento. O tecido deve apresentar toque macio, alta capacidade de transpiração e estabilidade dimensional. Com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Modelo sem costuras laterais externas, visando maior conforto e redução de atrito. O acabamento da cintura deve ser em cóis anatômico com altura mínima de 4 cm e máxima de 6 cm (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com aplicação de elástico interno de largura compatível com o cóis e excelente	Un	102	R\$	R\$



	memória elástica, devidamente rebatido, proporcionando ajuste seguro e confortável sem causar compressão excessiva. As costuras devem ser reforçadas, executadas em máquinas do tipo overloque e galoneira, utilizando fios e linhas de mesma cor e tonalidade do tecido principal, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. Acabamento inferior dos tornozelos com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 06 e 08.				
32	Legging feminina, confeccionada em malha stretch de alta densidade composta por 88% poliamida e 12% elastano, com gramatura mínima de 365 g/m ² , garantindo que a peça não apresente transparência, mesmo quando esticada, além de resistência ao pilling e ao esgarçamento. O tecido deve apresentar toque macio, alta capacidade de transpiração e estabilidade dimensional. Com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Modelo sem costuras laterais externas, visando maior conforto e redução de atrito. O acabamento da cintura deve ser em cóis anatômico com altura mínima de 4 cm e máxima de 6 cm (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com aplicação de elástico interno de largura compatível com o cóis e excelente memória elástica, devidamente rebatido, proporcionando ajuste seguro e confortável sem causar compressão excessiva. As costuras devem ser reforçadas, executadas em máquinas do tipo overloque e galoneira, utilizando fios e linhas de mesma cor e tonalidade do tecido principal, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios	Un	113	R\$	R\$



	soltos. Acabamento inferior dos tornozelos com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 10 e 12.				
33	Legging feminina, confeccionada em malha stretch de alta densidade composta por 88% poliamida e 12% elastano, com gramatura mínima de 365 g/m ² , garantindo que a peça não apresente transparência, mesmo quando esticada, além de resistência ao pilling e ao esgarçamento. O tecido deve apresentar toque macio, alta capacidade de transpiração e estabilidade dimensional. Com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Modelo sem costuras laterais externas, visando maior conforto e redução de atrito. O acabamento da cintura deve ser em cóis anatômico com altura mínima de 4 cm e máxima de 6 cm (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com aplicação de elástico interno de largura compatível com o cóis e excelente memória elástica, devidamente rebatido, proporcionando ajuste seguro e confortável sem causar compressão excessiva. As costuras devem ser reforçadas, executadas em máquinas do tipo overlock e galoneira, utilizando fios e linhas de mesma cor e tonalidade do tecido principal, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. Acabamento inferior dos tornozelos com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos 14 e 16.	Un	66	R\$	R\$



34	Legging feminina, confeccionada em malha stretch de alta densidade composta por 88% poliamida e 12% elastano, com gramatura mínima de 365 g/m², garantindo que a peça não apresente transparência, mesmo quando esticada, além de resistência ao pilling e ao esgarçamento. O tecido deve apresentar toque macio, alta capacidade de transpiração e estabilidade dimensional. Com tingimento sólido de alta resistência a lavagens sucessivas e à exposição solar. Modelo sem costuras laterais externas, visando maior conforto e redução de atrito. O acabamento da cintura deve ser em cós anatômico com altura mínima de 4 cm e máxima de 6 cm (respeitando a proporcionalidade dos tamanhos), com aplicação de elástico interno de largura compatível com o cós e excelente memória elástica, devidamente rebatido, proporcionando ajuste seguro e confortável sem causar compressão excessiva. As costuras devem ser reforçadas, executadas em máquinas do tipo overloque e galoneira, utilizando fios e linhas de mesma cor e tonalidade do tecido principal, sem apresentar falhas, franzimentos ou fios soltos. Acabamento inferior dos tornozelos com costura dupla em máquina galoneira de no mínimo 1,5 cm, assegurando simetria e durabilidade. O item fornecido deve conter etiqueta interna de composição e instruções de lavagem conforme as normas vigentes. O item deve ser fornecido nos tamanhos P, M e G.	Un	35	R\$	R\$
VALOR TOTAL DO LOTE 6 – LEGGINGS FEMININAS: R\$ 29.087,25					

4.2. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município contra empenho, após o recebimento do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, com a aceitação e atesto do responsável pelo recebimento do mesmo, observando-se o art. 141, da Lei Federal nº 14.133/21, no prazo de máximo de 30 (trinta) dias úteis.



4.3. A contagem para o 30º (trigésimo) dia, previsto no item anterior, só iniciar-se-á após a aceitação dos serviços prestados pela fiscalização do Município de São João do Oeste e cumprimento pela empresa de todas as condições pactuadas.

4.3.1. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo índice IPCA do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, pro rata.

4.4. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da solicitação de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

4.5. Para execução do pagamento, contratada deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, emitida sem rasura, em letra bem legível, em nome do da(s) Unidade(s) Gestora(s) indicada(s) no preâmbulo, informando o nome do banco, número de sua conta corrente e agência Bancária ou chave PIX.

4.6. A nota fiscal/fatura deverá ser entregue com o produto e o arquivo XML deverá ser encaminhado obrigatoriamente no e-mail danfesjo@gmail.com.

4.7. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando quaisquer ônus ao Município de São João do Oeste.

4.8. A critério da Administração poderão ser descontados dos pagamentos devidos, os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras de responsabilidade da contratada.

4.9. Serão processadas as retenções tributárias e previdenciárias nos termos da legislação que regula a matéria.

4.10. Conforme Decreto Municipal nº 033, de 15 de março de 2023 e alterações, e IN RFB nº 1.234/2012, a partir de 01/06/2023 **as empresas estão obrigadas a destacar o imposto de renda nas notas fiscais emitidas. Não estarão sujeitas à retenção de IR as pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, MEI, os imunes e isentos, entre outros, conforme o art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.**

4.11. Conforme legislação e jurisprudência pacificada, na prestação dos serviços na modalidade de empreitada global (fornecimento de materiais e mão de obra), a base de cálculo do ISS é o preço do serviço de construção civil contratado, e não é possível deduzir o valor referente aos materiais empregados, salvo se produzidos pelo prestador fora do local da obra e por ele destacadamente comercializados com a incidência de ICMS.



CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Os pagamentos decorrentes da execução do objeto do presente termo, correrão por conta dos seguintes recursos da dotação orçamentária para o exercício corrente:

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Órgão: 05 – FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Proj./Ativ. 2.018 – Atividades do Ensino Fundamental

Cód. Red. (10) - Modalidade de Aplicação - 3.3.90 – Aplicações Diretas

Recurso/Fonte – 1.550.0000.0000

Recurso/Fonte – 1.500.1001.0000

Recurso/Fonte – 2.550.0000.0000

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Órgão: 05 – FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

Proj./Ativ. 2.022 – Atividades da Educação Infantil – Pré-escola

Cód. Red. (20) - Modalidade de Aplicação - 3.3.90 – Aplicações Diretas

Recurso/Fonte – 1.550.0000.0000

Recurso/Fonte – 1.500.1001.0000

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Órgão: 05 – FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 003 – DEPARTAMENTO DE ENSINO INFANTIL

Proj./Ativ. 2.024 – Atividades da Educação Infantil – Creche

Cód. Red. (26) - Modalidade de Aplicação - 3.3.90 – Aplicações Diretas

Recurso/Fonte – 1.550.0000.0000

Recurso/Fonte – 1.500.1001.0000

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

6.1 3.2. O prazo de vigência do contrato será de **120 (cento e vinte) dias**, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.



6.1.1 O prazo de vigência terá início a partir da **data da última assinatura** do instrumento contratual pelas partes.

6.2. O contrato poderá ser aditado ou prorrogado de acordo com a conveniência da Administração Pública, observados os dispositivos da Lei Federal nº 14.133/2021 e outras legislações pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO.

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.3. Fica a cargo da Secretaria de Educação, caso necessário, e após verificação da descrição das rotas, acrescentar ou diminuir quilômetros de percurso.

7.3.1. Fica facultado ao Município de São João do Oeste, no decorrer do ano letivo, aumentar ou diminuir o itinerário previsto na especificação dos itens, com o correspondente ajuste do valor do contrato, nas seguintes situações:

- a) Desistência ou transferências de alunos;
- b) Desativação de escolas;
- c) Necessidade justificada de mudança de itinerário.
- d) Alteração do cronograma das aulas presenciais/suspensão.

7.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA: DO REEQUILÍBRIO E DO REAJUSTAMENTO

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data da contratação, de acordo com a Lei Federal 14.133/22.

8.2 O reequilíbrio dos preços poderá ser solicitado pelo detentor do contrato caso haja um encarecimento do produto/serviço no mercado, desde que imprevisível e que comprove devidamente o aumento, sem qualquer acréscimo em sua margem de lucro



8.3 Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados **por meio de solicitação formal**, mediante a aplicação do IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1 Quando da inexecução total ou parcial dos serviços contratados, fica assegurado ao Município o direito de rescisão, respeitado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

9.2 A extinção do contrato poderá ser:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

9.2.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

9.2.3 Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

9.3 A formalização da extinção do contrato deverá observar o disposto nos art. 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.4 O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.



9.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

9.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva. 1

9.8 O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

9.8.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos; 13.8.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

9.8.3 Indenizações e multas.

9.9 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

9.10 O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021)

CLÁUSULA DÉCIMA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII).

10.1 Constituem obrigações da **CONTRATADA** além das obrigações legais:

10.1.1. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com encargos fiscais, encargos sociais e trabalhistas, previdenciários, todos os tributos incidentes e demais encargos, inclusive benefícios, taxa de administração e lucro, ou seja, todos os custos diretos e indiretos, mesmo os não especificados, necessários ao perfeito fornecimento dos serviços pela Contratada.

10.1.2. Prestar os serviços ou fornecer os materiais em estrita conformidade com as disposições e especificações do Edital, nº 08/2026 e anexos, e nas demais legislações aplicáveis à natureza do serviço contratado

10.1.3. Assumir a responsabilidade de ordem administrativa, cível e penal, por atos ou omissões que causem danos à Administração ou a terceiros, seja por culpa ou dolo, resultante do fornecimento do objeto deste Termo Contratual.



10.1.4. Manter, durante toda a execução do presente objeto, compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.

10.1.5. Comunicar por escrito à Contratante qualquer problema ocorrido na execução do objeto do contrato.

10.1.6. Atender aos chamados da Contratante, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto do contrato.

10.1.7. A contratada não poderá subcontratar os serviços a ela adjudicados.

10.1.8. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo fiscal do contrato, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente.

10.1.9. Promover, com a presença de representante da Contratante, a verificação do fornecimento efetuado, confirmando que os serviços foram prestados adequadamente, conforme previsão contratual.

10.1.10. Adotar as providências necessárias para assegurar a satisfatória execução do Contrato e os fins a que se destina.

10.1.11. Verificar a qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados, procedendo a sua substituição ou adequação às expensas próprias, quando não atenderem à qualidade, quantidade, prazo e demais condições contratadas ou quando solicitado pela Contratante.

10.1.12. Prestar os serviços objeto deste contrato pelo valor consignado em sua proposta de preços declarada vencedora, responsabilizando-se pelo pagamento de transportes, entrega dos produtos, impostos e todo e qualquer encargo correlato ao fornecimento.

10.1.13. Efetuar a troca dos produtos entregues ou correção dos serviços prestados, objeto desta contratação, que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para o Município.

10.1.13.1. A inobservância ao disposto acima implicará no não pagamento do valor devido à contratada, até que ocorra a necessária regularização.

10.1.14. A inadimplência da contratada não transfere ao Município de São João do Oeste a responsabilidade de seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contratado.

10.1.15. A Contratada não poderá ceder os créditos, transferir a terceiros, nem sub-rogar direitos e obrigações decorrentes do Contrato.

10.1.16. Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial à Contratante, ou ainda a terceiros, na execução do fornecimento objeto da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pelo Contratante.



10.1.17. O prazo de garantia do objeto será o mesmo do estabelecido no art. 26 do Código de Defesa do Consumidor.

10.1.18. A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

10.1.19. No ato da devolução do contrato a contratada deve encaminhar todos os documentos descritos no item 20 Condições de Contratação do Edital 08/2026.

10.1.20. Demais obrigações devem ser observadas junto ao Anexo II, Termo de Referência do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV).

11.2 Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

11.2.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do art. 104 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2.2. Constituem obrigações do contratante, além da constante do art. 115 da Lei Federal nº 14.133/21, as especificadas no edital, e:

11.2.2.1. Convocar a contratada para assinatura do Contrato.

11.2.2.2 Realizar, sempre que necessário, a vistoria dos serviços prestados.

11.2.2.3. Promover os apontamentos das ocorrências relacionadas à execução do contrato.

11.2.2.4. Realizar o recebimento dos serviços/produtos nas formas e condições desta contratação.

11.2.2.5. Fornecer à contratada todas as informações relacionadas como objeto do presente edital.

11.2.2.6. Efetuar o pagamento à contratada, na forma e prazos estabelecidos neste contrato a ser firmado entre as partes, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente.

11.2.2.7. Dar à contratada as condições necessárias à regular execução do Contrato.

11.2.2.8. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada e para que sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na habilitação.

11.2.2.9. Emitir as solicitações de fornecimento, de acordo com as necessidades e respeitando os prazos estipulados.

11.2.3. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei Federal nº 13.709/18, que trata da proteção dos dados pessoais, a contratante se obriga a dar ciência prévia à contratada quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.



11.2.3.1. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da contratante com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal nº 13.709/18.

11.2.3.2. A contratante se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares, pessoas naturais vinculadas à contratante, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas no inciso II a X do art. 7º da Lei Federal nº 13.709/18.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD. Nacional em Alfabetização

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.5. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.6. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.7. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

12.8. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro



da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.9.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.10. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

12.11. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL.

13.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação dos itens, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, que serão exercidos por um representante do Município, observando as regras Decreto Municipal nº 86/2023, de 16 de junho de 2023, que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 Durante o prazo de duração do contrato, a CONTRATANTE designa o **Sras. Teresinha Staub e Siamara Meier** ou outro agente público que venha a substituí-lo nas suas atribuições, para gerir, acompanhar a entrega do produto/prestação do serviço, de acordo com o determinado, controlando os prazos estabelecidos para entrega do mesmo e apresentação de fatura, notificando à fornecedora a respeito de quaisquer reclamações ou solicitações havidas.

13.3 O fiscal do contrato passa a ser o responsável pelo fiel cumprimento das cláusulas contratuais, inclusive as pertinentes aos encargos complementares.

13.4. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

13.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência conforme Art 117 parágrafo 2 da Lei 14.133 de 2021.

13.6. A contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao cumprimento do objeto do contrato.



13.7. A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do fornecedor contratado, no que concerne ao objeto da respectiva contratação, às implicações próximas e remotas perante o Município ou a terceiros.

13.8. A ocorrência de irregularidade decorrentes da execução contratual não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus prepostos, devendo, o fornecedor, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato dos danos apurados e imputados às falhas.

13.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do Município ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 14.1 deste termo as seguintes sanções:

- a) advertência;



b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão contratante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 14.2. do presente termo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

14.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 14.2 do presente termo.

14.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.6. A aplicação das sanções previstas no item 14.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.7. Na aplicação da sanção prevista no item 14.2, alínea “b”, do presente termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” do item 14.2 do presente termo o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas

14.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



14.12. É admitida a reabilitação do contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

14.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “h” e “m” do item 14.2 exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS PRÁTICAS ANTICORRUPÇÃO

15.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

- a) declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis federais nos 8.429, de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa) e 12.846, de 2013 (Lei Anticorrupção), seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
- b) comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados na alínea anterior desta cláusula e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
- c) comprometem-se em notificar à Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
- d) declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa Conjunta CGE/SEA nº 1, de 2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.



CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: FORO (art. 92, §1º)

18.1 As partes elegem o Foro da comarca de Itapiranga-SC para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18.2. E por estarem assim justas e contratadas, as partes subscrevem este, para que produza os legais e desejados efeitos.

São João do Oeste/SC, ... de junho de 2026.

Representantes:

**FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
SÃO JOÃO DO OESTE**
CNPJ nº 31.030.781/0001-90
CONTRATANTE

RAZÃO SOCIAL
CNPJ nº
CONTRATADA

Fiscal:

TERESINHA STAUB
COORDENADORA PEDAGÓGICA

SIAMARA MEIER
COORDENADORA PEDAGÓGICA

Assessor Jurídico:

ALCIDES LUIS HOFER
OAB/SC nº 33.683